PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR

PAULO NEVES DE CARVALHO

Belo Horizonte, Outubro de 2020 (atualizado em julho de 2022)

Governo do Estado de Minas
Romeu Zema Neto

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Otto Alexandre Levy Reis

Fundação João Pinheiro
Helger Marra Lopes

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho
Diretoria-Geral
Maria Isabel Araújo Rodrigues

Diretoria-Adjunta
Carla Bronzo Ladeira Carneiro

Coordenação do Colegiado do Curso de Graduação em Administração Pública
Bruno Dias Magalhães

Coordenação da Comissão responsável pela reforma curricular
Thiago Zordan Malaguth – Subcoordenador do Colegiado do Curso de Administração Pública

Comissão responsável pela reforma curricular
Maria Isabel Araújo Rodrigues – Diretora Geral da Escola de Governo
Carla Bronzo Ladeira – Diretora-Adjunta da Escola de Governo
Beatrice Correa de Oliveira – Gerente de Extensão e Relações institucionais
Bruno Lazzarotti Diniz Costa – Professor
Kamila Pagel de Oliveira - Professora
Marcos Arcanjo de Assis - Professor
Mauro César da Silveira - Professor
Simone Cristina Dufloth - Professora

Diagramação e arte - Competências Csap
Bárbara Andrade Corrêa da Silva - ACS

ÍNDICE

1. NOME DO CURSO E ÁREA DE CONHECIMENTO 5
2. JUSTIFICATIVA 6
3. A ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO 7
4. O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CSAP 10
4.1. Público Alvo 11
4.2. Critérios de Seleção 11
4.3. Benefícios 12
4.4. Perfil do Egresso 13
5. A CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL 14
6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA 16
6.1. Matriz de Competências 17
6.2. Trilhas de Aprendizagem 20
6.3. Disciplinas Obrigatórias e Optativas 22
6.4. Período e Periodicidade 25
6.5. Carga Horária Total 27
6.6. Atividades Práticas Supervisionadas 29
6.7. Interdisciplinaridade 30
6.8. Novas tecnologias e inovações didático-pedagógicas 30
6.9. Estágios Extracurricular e Curricular Supervisionado 32
6.10. Trabalho de Conclusão de Curso 33
6.11. Atividades Complementares de Graduação 34
6.12. Atividades de Extensão 35
Projetos Sociais 36
Projetos Acadêmicos 38
Projetos Profissionais 40
6.13. Atividades de Imersão 41
Prinagem 42
Pontes para Cidadania 42
Projeto Rondon 43
6.14. Intercâmbio Acadêmico e ações de internacionalização 43

7. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DISCENTE 45
8. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DOCENTE 46
9. COORDENAÇÃO 48
10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO 50
10.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS 50
Área Temática: Administração 50
Área Temática: Direito 55
Área Temática: Economia 59
Área Temática: Filosofia, Sociologia e Política 62
Área Temática: Fundamentos Quantitativos 66
Área Temática: Gestão Pública 69
Área Temática: Metodologia 74
Área Temática: Orçamento e Finanças 75
10.2. DISCIPLINAS OPTATIVAS 78
11. CORPO DOCENTE 80
12. BIBLIOTECA MARIA HELENA DE ANDRADE 97
12.1. Estrutura física 98
12.2. Horário de atendimento 98
12.3. Usuários 98
12.4. Serviços 98
12.5. Quadro de pessoal 99
12.6. Estatísticas 99
13. INFRAESTRUTURA DA ESCOLA DE GOVERNO 100
14. INDICADORES DE DESEMPENHO 105

1. NOME DO CURSO E ÁREA DE CONHECIMENTO

Nome do Curso: **Curso de Graduação em Administração Pública**

Forma de Oferta: **Presencial**

Enquadramento MEC/INEP/ENADE

Área Geral - “Negócios, Administração e Direito”

Área Específica - “Negócios e Administração”

Área Detalhada - “Gestão e Administração”

Rótulo - “Administração Pública”

2. JUSTIFICATIVA

O Curso de Graduação em Administração Pública – Csap, ofertado pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, destina-se à formação de profissionais preparados para atuar nas áreas de planejamento, administração financeira e orçamentária, contabilidade, modernização da gestão, gestão de processos, gestão e tecnologia da informação, recursos logísticos, recursos materiais, recursos humanos e administração patrimonial e na formulação, supervisão, monitoramento e avaliação de políticas públicas .

Além disso, o curso apresenta um caráter peculiar, na medida em que, se constitui como uma etapa do Concurso Público para provimento dos cargos da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, articula a formação de alunos em nível de graduação e seu ingresso em uma carreira de Estado.

O objetivo mais amplo da formação oferecida pela Escola de Governo no Csap é contribuir para a maior efetividade da gestão governamental e de sua capacidade para contribuir para ampliar a capacidade do Estado para a criação de valor público para a sociedade. Tem-se assim delineado o importante papel institucional desempenhado por esta Escola de Governo, criada em 1992, como uma diretoria da Fundação João Pinheiro.

3. A ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

A Escola de Governo, da Fundação João Pinheiro, nasceu e se consolidou como uma Instituição de Ensino Superior (IES) *sui generis* no cenário acadêmico de Minas Gerais, posto que combina autonomia acadêmica dos seus programas de ensino, pesquisa e extensão com subordinação aos objetivos de modernização da gestão pública do Governo do Estado.

Trata-se de uma IES isolada que oferece cursos de graduação, capacitação, pós-*graduação lato sensu* e *stricto sensu* e programas de desenvolvimento.

A oferta do curso de graduação em Administração Pública ocorre regularmente desde o primeiro semestre de 1993. Neste ano, excepcionalmente, duas turmas ingressaram no curso, e no período de 1994 a 2003, a cada ano, uma nova turma foi selecionada. A partir de 2004, a Escola de Governo passou a receber duas turmas por ano (uma turma a cada semestre), porém, em 2017, em função do quadro fiscal do Estado de Minas Gerais, houve o retorno do ingresso de uma turma por ano. Em setembro de 2020 a trigésima oitava turma colou grau.

No ano de 2004, a partir da edição da Lei nº. 15.352, de 20 de setembro de 2004, a Escola de Governo, da Fundação João Pinheiro, criada pela Lei nº. 10.961, de 14 de dezembro de 1992, passou a ser denominada "Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho", em homenagem à memória do professor que encantava os seus alunos por seus profundos conhecimentos jurídicos e por seu forte senso de responsabilidade cívica, estando suas lições consolidadas nos trabalhos da Instituição.

Grande defensor da valorização do funcionalismo público, o Prof. Paulo Neves de Carvalho sempre sustentou a tese de que o direito administrativo, por si só, não seria capaz de resolver as questões organizacionais. Sendo assim, a temática do comportamento do agente público, comprometido com a consecução dos objetivos e valores fundamentais do Estado e pautado nos valores éticos e morais, deveria estar sempre presente.

Daí a necessidade de investir na formação, qualificação, capacitação e no desenvolvimento do servidor público, que segundo o Professor, são fatores fundamentais para o êxito de uma boa Administração Pública. E uma Escola de Governo, direcionada ao progresso do conhecimento e ao fomento da inovação, cujas ações se pautem pelo compromisso de formar um núcleo de gestão governamental qualificado, seria, neste ponto, um suporte para viabilizar um modelo

de gestão pública responsável tão desejada pela sociedade e idealizada pelo Estado Democrático de Direito pelo qual o Brasil se define.

Toda Escola de Governo deve buscar trabalhar, em seus programas e em suas ações, as três dimensões da capacitação profissional, quais sejam: o saber, o saber fazer e o saber/querer ser. Seu compromisso é não apenas informar e atualizar os agentes públicos, mas, sobretudo, provocar as mudanças requeridas e contribuir para o alcance dos melhores resultados do setor público.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, se sustenta pelo tripé ensino, pesquisa e extensão e pelas três dimensões da capacitação profissional. Com esta sustentação, o Csap visa a formação de servidores públicos, qualificados para atuarem no progresso da Administração Pública mineira, tanto no que diz respeito a melhoria da estrutura administrativa de gestão, como na formulação e avaliação de políticas públicas planejadas e desenvolvidas para a sociedade.

A Escola de Governo tem como competência a capacitação, o aprimoramento profissional e o desenvolvimento de pesquisas e práticas aplicadas ao contexto da Administração Pública, prioritariamente para o Estado, visando fortalecer a formação profissional e a implementação de políticas públicas, com atribuições de:

> I - promover a formação profissional em técnicas e competências demandadas na modernização administrativa do setor público, mediante a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, de cursos de capacitação e treinamento, presenciais ou a distância, assim como outros programas especiais, inclusive para a iniciativa privada;
>
> II - desenvolver projetos de extensão;
>
> III - desenvolver estudos e pesquisas relativos à Administração Pública e áreas afins;
>
> IV - promover a cooperação técnica e acadêmica com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.;
>
> V - produzir, disponibilizar e disseminar conhecimentos atinentes a sua área de competência nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, conforme os parâmetros legais e educacionais vigentes;

VI - assessorar, na sua área de atuação, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, prestando contas dos respectivos projetos, convênios e contratos sob sua responsabilidade;

VII - fornecer subsídios técnicos para a formulação de planos e programas de governo;

VIII - prestar consultoria técnica a organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais;

IX - promover a cooperação técnica com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas ao aprimoramento de suas atividades;

X - promover, organizar e coordenar seminários, oficinas, debates, palestras, grupos de trabalho, cursos de capacitação e treinamento e atividades congêneres em suas áreas de atuação;

XI - submeter os documentos técnicos produzidos pela unidade, bem como fornecer cópias dos produtos das pesquisas, estudos e projetos à Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade; e

XII - coordenar ações de fomento e incentivo à pesquisa, no âmbito das atividades desenvolvidas em sua unidade, em articulação com a Assessoria Técnica da Presidência.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, possui papel central para que a gestão pública do Estado de Minas Gerais alcance resultados cada vez mais expressivos e úteis à sociedade, uma vez que os agentes públicos responsáveis pela consecução de tais resultados serão formados, capacitados, treinados e orientados de forma ótima e qualificada para atuarem estrategicamente nas atividades do Estado e nas políticas e ações do Governo.

4. O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CSAP

O Curso de Graduação em Administração Pública - Csap foi autorizado a funcionar pelo Decreto Federal nº 92.745, de 4 de junho de 1986 e reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.257, de 23 de agosto de 1994. Possui atualmente uma carga horária total de 3.265 horas, distribuídas em oito semestres letivos, sendo 2.505 horas-aula de disciplinas obrigatórias; 500 horas de estágio curricular supervisionado; 120 horas-aula de disciplinas optativas; 80 horas de atividades complementares de graduação, e 60 horas de atividade de imersão e conexão.

Ao final do ano de 2016 o Csap recebeu a visita de comissão constituída pelo Conselho Estadual de Educação para fins de renovação do seu reconhecimento. A referida comissão emitiu o Parecer CEE nº. 758/2016, aprovado em 23 de novembro de 2016, atribuindo conceito final A na avaliação do Csap, na qual diversos itens estruturais e pedagógicos são avaliados, com manifestação favorável à renovação de seu reconhecimento pelo prazo de cinco anos, sendo devidamente homologado pela então Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior[1].

Tendo em vista o objetivo de formação de profissionais voltados para ingresso na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, regulamentada pela Lei Estadual nº 18.974/2010, o currículo pleno do curso é estruturado em torno de um núcleo básico de disciplinas, de caráter geral, as quais habilitam o aluno ao exercício das atribuições do cargo da referida carreira e de um núcleo específico, constituído por disciplinas que preparam o aluno para atuação de forma mais ampla na Administração Pública. A modelagem do curso, portanto, encontra-se aderente ao perfil do egresso que se pretende entregar ao Estado de Minas Gerais.

Incluem-se entre os objetivos específicos do Csap:

- formação de servidores para composição dos quadros do setor público mineiro;
- fortalecimento de competências na área de gestão governamental; e

[1] O Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, à época, editou a Resolução nº 067 em 22 de dezembro de 2016, renovando o reconhecimento do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, ministrado pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, pelo prazo de cinco anos, nos termos do Parecer CEE nº. 758/2016.

- desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão relacionadas com as questões e problemas da administração pública.

O Curso de graduação se sustenta pelo tripé ensino, pesquisa e extensão e pelas três dimensões da capacitação profissional mencionadas na seção 3. Com esta sustentação, o Csap visa a formação de servidores públicos qualificados para atuarem no progresso da Administração Pública mineira, tanto no que diz respeito à melhoria da estrutura administrativa de gestão, como na formulação e implementação de políticas públicas desenvolvidas para a solucionar problemas sociais, desenvolver capacidades, satisfazer necessidades e efetivar direitos sociais.

4.1. Público Alvo

O público-alvo do Csap é composto por pessoas que tenham interesse de ingressar na carreira de Estado de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e que tenham concluído o ensino médio.

4.2. Critérios de Seleção

Os alunos do Csap são selecionados por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que se constitui na primeira etapa do Concurso Público.

O Concurso Público, do qual faz parte o Csap, visa o provimento de cargos da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo por meio de seu Edital especificado o quantitativo de vagas ofertadas e dispostas as demais regras para sua execução.

O Concurso Público, atualmente, ocorre em 2 (duas) etapas, sendo a primeira constituída de provas objetivas e de redação, que correspondem ao Enem, do ano de referência do Concurso Público, de caráter classificatório e eliminatório; e a segunda compreende a conclusão do Csap, no prazo e nas condições de aproveitamento determinadas pela Lei Estadual nº. 18.974/2010 e alterações posteriores, nos Decretos Estaduais nº. 45.600/2011 e nº. 46.030/2012 e ainda, de acordo com o Regimento Interno da Escola de Governo e os Regulamentos do Csap.

As provas da primeira etapa são elaboradas de acordo com os conteúdos programáticos divulgados antecipadamente no Edital do Enem, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), sendo que todas as suas questões destinam-se a avaliar, em nível de Ensino Médio, conhecimentos e habilidades do candidato, verificando sua capacidade de raciocínio, pensamento crítico, compreensão e de análise e síntese.

Para o Concurso Público são reservadas 10% (dez por cento) das vagas para pessoas com deficiência, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual nº. 11.867, de 28 de julho de 1995, e de acordo com os critérios definidos pelo art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999 e pela Súmula STJ nº 377, observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo. Sendo também reservadas, conforme disposto no artigo 1º da Lei Estadual nº 22.929, de 12 de janeiro de 2018, 20% (vinte por cento) das vagas para pessoas autodeclaradas negras, 3% (três por cento) para indígenas (3%) e 17% (dezessete por cento) para pessoas de baixa renda que sejam egressas de escola pública.

4.3. Benefícios

O Csap apresenta os seguintes benefícios:

- Gratuidade do ensino;
- Bolsa de estudo mensal correspondente a um salário mínimo para os alunos que não sejam servidores públicos, durante toda a duração do Csap, mediante requerimento e desde que preenchidos os requisitos expressos na Lei Estadual nº. 18.974/2010;
- Dispensa de ponto, durante o período letivo, para o servidor público estadual da administração direta, autárquica ou fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, matriculado no Csap, nos termos do art. 9º da Lei 11.658/1994; e
- Subsídio para alimentação, pessoal e intransferível, a ser utilizado no restaurante localizado na Fundação João Pinheiro, nos termos dos Regulamentos da Escola de Governo e do Csap.

4.4. Perfil do Egresso

A Lei Estadual nº 22.257, de 27 de julho de 2016 redefiniu o total de vagas para os cargos da carreira de EPPGG em 1.277. De acordo com dados disponibilizados pela Seção de Registro e Controle Acadêmico (SRCA), da Escola de Governo, em julho de 2020, o número total de egressos do Csap se resumia a 1.238 alunos, formados por 38 turmas. De acordo com as informações do Portal da Transparência de Minas Gerais, também em julho de 2020, havia 827 EPPGG ativos e em exercício no Poder Executivo estadual.

Espera-se que o profissional egresso do Csap seja capaz de atuar em funções de direção, coordenação e supervisão de diferentes níveis e em diferentes áreas da administração pública estadual. Suas atribuições encontram-se previstas na Lei Estadual nº 18.974/2010: formulação, supervisão, monitoramento e avaliação de políticas públicas e exercício de atividades relacionadas às áreas de planejamento e avaliação, administração financeira e orçamentária, contabilidade, modernização da gestão, racionalização de processos, gestão e tecnologia da informação, recursos logísticos, recursos materiais, recursos humanos e administração patrimonial.

Sua formação teórica é complementada por diversas atividades que combinam teoria e prática e que permitem experiências pela vivência do real, tais como as atividades de extensão e imersão, os estágios extracurricular e curricular supervisionado e as atividades complementares de graduação.

O estágio curricular supervisionado, realizado pelos alunos nos dois últimos períodos do curso é uma das principais ações de preparo para a atuação profissional. O estágio curricular supervisionado é realizado nas unidades administrativas dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo estadual de Minas Gerais e visa integrar e preparar o aluno para a inserção na carreira pública de EPPGG, tendo em vista que é realizado no local no qual o aluno será, preferencialmente, direcionado, após a conclusão do curso. Dessa forma, permite ao aluno o conhecimento sobre o funcionamento do órgão no qual irá trabalhar, além de já iniciar o desempenho das atividades que serão realizadas por este, ganhando experiência, antes mesmo da formação. No último período do curso, concomitante ao cumprimento de parte da carga horária do estágio curricular supervisionado, o aluno

elabora um trabalho de conclusão de curso. Este trabalho, apesar de não estar vinculado ao órgão no qual se dá a realização do estágio curricular supervisionado, é orientado ao estudo de temas relacionados ao órgão em si, de modo a possibilitar a entrega de um produto com contribuições efetivas a este órgão.

As atividades de extensão e imersão, bem como as demais atividades complementares de graduação, produzem um conhecimento para além do acadêmico, uma vez que o conhecimento gerado é fruto de uma troca de saberes, do confronto entre o mundo das ideias e a realidade das comunidades, grupos e organizações externas à Escola de Governo. Essas atividades podem ser realizadas em parcerias com órgãos/entidades públicos dos diversos entes federados, organizações do Terceiro Setor e outras Instituições de Ensino Superior, com vistas a proporcionar atividades e experiências diversas relevantes à Administração Pública.

5. A CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

A carreira de Administrador Público foi instituída no Estado de Minas Gerais pela Lei Estadual nº 9.360/1986. Após sua instituição ocorreu o ingresso de uma turma no Csap, mas em decorrência de diretrizes políticas contrárias à sua continuidade, a realização de novas turmas ficou interrompida até 1994, quando foi publicada a Lei Estadual nº 11.658/1994 e restabelecido o ingresso no curso. Com a publicação da Lei Estadual nº 13.085/1998, houve uma alteração da denominação da carreira, para o atual "Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental" (EPPGG).

Nos termos da Lei Estadual nº 18.974/2010, que estabelece a atual estrutura da carreira estratégica de EPPGG, que está diretamente ligada à formulação, implementação, avaliação e supervisão de políticas públicas, além de outras atividades relacionadas às diversas áreas do Estado de Minas Gerais, o ingresso em cargo de provimento efetivo da referida carreira, observadas as condições estabelecidas em regulamento, depende de aprovação em Concurso Público de provas e títulos, do qual faz parte o Csap, ministrado pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro.

O Concurso Público para ingresso na carreira de EPPGG tem caráter eliminatório e classificatório, estando o consequente ingresso no Csap limitado ao limite de vagas previsto no edital do certame.

Para ingressar na carreira de EPPGG, o candidato aprovado no Concurso Público deverá:

- atender às normas estabelecidas na Lei Estadual nº 18.976/2010, no Regimento Interno da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e nos demais Regulamentos da Escola de Governo e do Csap;
- frequentar as aulas do Csap, que poderão ocorrer nos turnos da manhã e da tarde, na frequência mínima, obrigatória, de 75% em cada disciplina do currículo do Csap, nos termos do disposto na Resolução do Conselho Federal de Educação nº. 04/1986 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/1996, bem como no Regimento Interno da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho;
- assinar, na ocasião do registro inicial (matrícula) no Csap, Termo de Compromisso, obrigando-se a ressarcir o valor atualizado dos serviços escolares recebidos ao Estado de Minas Gerais e, se for o caso, o valor atualizado da bolsa de estudo mensal, nas hipóteses de:
    - abandonar o curso, a partir do quarto semestre, a não ser por motivo de saúde, devidamente atestado pelo órgão competente;
    - ser reprovado em três disciplinas previstas no currículo do Csap;
    - não tomar posse no cargo de EPPGG; e
    - não permanecer na carreira pelo período mínimo de três anos após o ingresso.

Ao ingressar na carreira de EPPGG, o egresso do Csap é nomeado para o primeiro nível e grau do cargo, cuja jornada de trabalho é de 40 horas semanais e a remuneração bruta inicial de aproximadamente R$ 5.100,00, considerando o Vencimento Básico acrescido de 100% da Gratificação de Desempenho e Produtividade Individual e Institucional, que é variável. Contudo, até obter a primeira avaliação de desempenho, o EPPGG terá sua Gratificação de Desempenho e Produtividade Individual e Institucional considerada em 70% para o cálculo de sua remuneração.

O EPPGG é regido pelo regime jurídico estatutário, nos termos da Lei Estadual nº 18.974/2010, lotado no quadro de pessoal da Seplag e pode ter seu exercício em qualquer unidade

administrativa dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. A definição do exercício é estabelecida pela Seplag, considerando as demandas dos órgãos e entidades, alinhadas às prioridades do Governo e aos perfis profissionais dos EPPGG.

6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

Campo de Conhecimento e Campo Profissional: as Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Administração Pública

O termo escola de governo pode assumir por vezes um caráter demasiadamente amplo, como destaca Pacheco (2000)[2]. Como a autora, assume-se que Escolas de Governo são instituições destinadas ao desenvolvimento de servidores públicos pertencentes ao aparato estatal ou fortemente financiadas por recursos orçamentários estatais. Nesse contexto, e com sua já destacada singularidade, o Curso de Graduação em Administração Pública constitui-se como Bacharelado de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, situando-se a um só tempo no campo acadêmico e profissional da Administração Pública.

Gaetani (1999)[3], por sua vez, ressalta duas características predominantes do campo de saber e do campo profissional da administração pública: sua difusa base de conhecimentos, de caráter essencialmente intersetorial e sua jurisdição definida por fronteiras disciplinares e profissionais de imprecisa demarcação. Tais características são reforçadas pelo expressivo aumento de cursos de graduação em administração pública e similares no Brasil a partir da década de 2000 (Coelho, 2019)[4].

Diante disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Administração Pública, estabelecidas pela Resolução Nº 1, de 13 de janeiro de 2014 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - MEC, define que o bacharelado em

---

[2] Pacheco, R.S. (2000). "Escolas de governo: tendências e desafios - ENAP-Brasil em perspectiva comparada". *Revista do Serviço Público*, Ano 51, N. 2, Abr-jun.

[3] Gaetani, F. (1999). "O ensino da administração pública em um momento de inflexão". *Revista do Serviço Público*, Ano 50, N. 4, Out-dez.

[4] Coelho, F. S. (2019). *História do ensino de administração pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do campo de públicas*. Brasília: Enap.

administração pública constitui-se no campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas, pautando-se pelos seguintes princípios:

- o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res pública e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;
- a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Diante dessas diretrizes, estrutura-se o programa do Csap.

6.1. Matriz de Competências

A formação baseada em competências é um enfoque cada vez mais utilizado nos projetos pedagógicos de cursos superiores no Brasil. Baseada na compreensão de exigências cada vez mais transversais no âmbito da prática, as competências complementam a dimensão do saber com as dimensões do saber-fazer e do saber-ser, vinculados ao exercício da gestão pública em sentido amplo e, mais especificamente, no contexto do estado de Minas Gerais. Finalmente, é importante mencionar a dimensão mais abrangente do saber-aprender, vinculada à ideia da construção de uma comunidade de aprendizagem continuada, que não se esgota na graduação. Diante disso, as competências que dão sustentação ao projeto pedagógico do Csap estão refletidas nos seguintes conhecimentos, habilidades e atitudes:

- **Conhecimentos**
    - Compreender a natureza e a função do Estado e sua trajetória histórica, bem como as teorias de administração pública, seus pressupostos, potencialidades e limites;

- Compreender o processo de formação do Estado brasileiro, sua estrutura normativa, organização e reformas principais;
- Compreender o processo de formação da sociedade brasileira, em seus aspectos sociais, políticos e econômicos, e os desafios contemporâneos
- Compreender o conceito de políticas públicas e seu processo de produção (formulação, gestão e avaliação), bem como os desafios para a criação de valor público;
- Compreender os processos e as ferramentas de organização e gestão das organizações públicas;
- Compreender as dinâmicas e os processos econômicos, políticos e sociais que constituem a sociedade em cada tempo e espaço e a importância desse conhecimento para as políticas públicas;
- Conhecer os fundamentos da pesquisa científica e aplicada e os métodos quantitativos e qualitativos aplicados ao campo das políticas públicas e da gestão governamental;
- Conhecer as ferramentas de elaboração e gestão dos instrumentos de planejamento governamental;
- Conhecer as ferramentas tecnológicas e os sistemas de informações gerenciais do governo do Estado de Minas Gerais;
- Conhecer os fundamentos da ciência de dados, da gestão da informação e do conhecimento aplicado ao setor público;
- Compreender o regime jurídico administrativo, considerando o conjunto de princípios e regras, necessários a uma atuação profissional eficiente, ética e responsável.

- **Habilidades**
  - Capacidade de abstração e síntese, de pensamento crítico e reflexivo;
  - Capacidade para trabalhar em equipe, reconhecendo o outro e sabendo valorizar os pontos de vista distintos e lidar com as diferenças e os dissensos;
  - Capacidade para utilizar tecnologias digitais e operar sistemas de informações gerenciais;

- Capacidade de promover diálogo, gerenciar conflitos, construir consensos e negociar soluções;
- Capacidade de expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais;
- Capacidade de organizar e planejar o tempo, priorizar tarefas, cumprir planos e metas estabelecidas para si e com os outros;
- Capacidade de utilizar metodologias para inovar no setor público;
- Capacidade de mobilizar conhecimentos da vida e das experiências cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional;
- Capacidade de articular uma rede de atores (governamentais, não-governamentais, movimentos sociais), considerar seus diversos saberes e construir coalizões;
- Capacidade de perceber e interpretar o contexto, tomar decisões e criar soluções que agregam valor ao serviço público;
- Capacidade de formular, supervisionar e avaliar políticas públicas; bem como de exercer atividades de planejamento e gestão, de forma concatenada com o regime jurídico vigente;
- Capacidade de adaptar-se em situações de mudança de contextos, ambientes e políticas, contribuindo para o alcance dos resultados desejáveis ao serviço público;
- Capacidade de estruturar, sintetizar e apresentar informações para subsidiar a tomada de decisão pelas instâncias superiores.

- **Atitudes**
  - Ser proativo e exercer a liderança;
  - Ser inovador e criativo para identificar e enquadrar problemas e resolvê-los;
  - Ser resiliente e ter capacidade de auto desenvolvimento;
  - Ser tolerante e respeitoso às diversas formas e manifestação da diversidade;
  - Ter compromisso radical com direitos (civis, políticos, sociais) e com princípios de justiça social;
  - Ter *Ethos* público e valorizar o exercício do serviço público;
  - Tomar decisões técnicas e políticas com base em evidências;

- Articular redes de apoio e interesse;
- Ter capacidade de ler a realidade social de forma a compreender onde estão as melhores possibilidades de sua inserção e assumir um papel protagonista na escolha dos caminhos e dos meios necessários para conduzir sua formação de maneira a aproveitar melhor suas potencialidades;
- Ter compromisso com os princípios de legitimidade, moralidade, responsabilidade social, transparência e eficiência.

A matriz de competências pode ser representada de forma sintética conforme diagrama abaixo:

Fonte: Elaboração ACS-FJP, com base na matriz de competências do Csap

6.2. Trilhas de Aprendizagem

De maneira a orientar os percursos e itinerários formativos, o Csap se organiza por quatro trilhas de aprendizagem. A noção de trilhas de aprendizagem origina-se da área de gestão de competências, comumente definidas como estratégias de desenvolvimento de competências que consideram a um só tempo os objetivos de uma determinada organização e as aspirações dos sujeitos que buscam desenvolvimento e aprendizado. As trilhas de aprendizagem do Csap,

portanto, sinalizam caminhos formativos flexíveis – parte obrigatórios, parte definidos por meio da escolha do estudante – com o intuito de melhor orientar o aluno enquanto protagonista de sua aprendizagem. As trilhas foram definidas considerando os objetivos do Csap, as áreas temáticas que organizam as disciplinas do Curso e os principais subcampos de conhecimento do Campo de Públicas. São elas:

- **Democracia, Estado e Instituições**

Área destinada a conteúdos oriundos de campos de conhecimentos específicos, porém relacionados transversalmente ao Campo de Públicas. Tratam-se, sobretudo, de conhecimentos relativos às áreas de humanidades (filosofia, sociologia e ciência política), economia e direito, cujos saberes, ferramentas, instrumentos e práticas interpenetram e compõem o conhecimento necessário à administração pública. Aborda os elementos e tensões éticas e normativas da gestão pública; o contexto, constrangimentos e determinantes políticos e institucionais em que se inserem as políticas e as decisões da administração pública; a estrutura social e a dinâmica de sua interação com o Estado, especialmente naquilo que se relaciona com a formação da sociedade brasileira e das desigualdades que marcam sua constituição e trajetória.

- **Liderança (transformadora) e gestão governamental**

Área destinada a conteúdos relacionados a instrumentos, ferramentas e técnicas gerenciais, modelos, metodologias e inovação de todas as áreas relacionadas à gestão pública, tais como: gestão de processos, projetos, pessoas, materiais e patrimônio, entre outras. A área também abrange aspectos da metodologia de análise, diagnóstico e solução de problemas no contexto da gestão governamental, consultoria organizacional no setor público, competências de liderança e processos de mudança, inovação e transformação organizacional.

- **Dados, Monitoramento e Avaliação**

Área destinada a conteúdos relacionados à extração, produção, armazenamento, análise e disseminação de dados e informações, para o processo de produção de políticas públicas baseadas em evidências e comprometidas com a criação de valor público. De forma mais detalhada, abarca gestão da informação, fontes e meios de acesso à dados e informações, organização e tratamento de dados, armazenamento e distribuição de informação,

entendidos como conteúdos importantes para o processo decisório no âmbito governamental. A área contempla ainda as diferentes metodologias, recursos, instrumentos e ferramentas de monitoramento e avaliação. Em sentido amplo, aborda processos necessários à adequada transparência e *accountability* do Estado e da gestão.

- **Análise e Gestão de Políticas Públicas**

Área voltada para conteúdos e abordagens do campo das políticas públicas como formação, implementação, atores, redes, processos de decisão, instrumentos, entre outros, situando as evoluções da literatura ao longo de sua trajetória. Mais especificamente, são abordadas as políticas setoriais no Brasil e em Minas Gerais, abarcando aspectos diversos de sua constituição e trajetória. Podem ser contempladas as diferentes políticas sociais (educação, saúde, assistência social, cultura, trabalho e renda, habitação, proteção social) e demais políticas públicas, como saneamento, meio ambiente, segurança pública, transporte, dentre outras, analisando o desenho, as diretrizes, o marco legal e institucional e os principais desafios de cada uma. Cabe também a abordagem de questões que são mais recentes na literatura de políticas públicas abarcando temas de fronteira e que constituem agendas ainda pouco exploradas de conhecimento e ação.

6.3. Disciplinas Obrigatórias e Optativas

Os conteúdos de formação básica do Csap estão relacionados à característica multidisciplinar da área pública e articulam conteúdos de Administração, Ciências Contábeis, Ciência Política, Economia, Direito e Sociologia, bem como os estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, e os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação. Tais conteúdos, contribuem para a capacitação para a leitura, escrita, expressão e comunicação, sempre desenvolvidos com vistas à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

Os conteúdos de formação profissional, por sua vez, estão relacionados às temáticas de governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, que oferecem

ao aluno do Csap a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

Especificamente quanto às disciplinas obrigatórias, no Csap elas foram dispostas numa organização matricial, observando uma sequência lógica nos 8 (oitos) semestres letivos dentro de cada área temática, conforme descrito a seguir:

- **Administração:** Teoria Geral da Administração; Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais; Psicologia Organizacional; Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público; Logística no Setor Público; Sistemas de Informação e Governança Eletrônica; Gestão de Projetos; e Liderança no Setor Público.
- **Direito:** Introdução ao Direito; Direito Constitucional; Direito Administrativo I; Direito Administrativo II; Controle na Administração Pública; e Novas Formas de Prestação de Serviços Públicos.
- **Economia:** Microeconomia; Macroeconomia; Economia Brasileira; Economia do Setor Público; e Desenvolvimento Econômico e Social.
- **Filosofia, Sociologia e Política:** Filosofia Política; Formação Social do Brasil; Sociologia; Sociologia das Organizações; Teoria Política; Política Brasileira; Políticas Sociais; Desigualdades e Políticas Públicas no Brasil; e Ética e Serviço Público.
- **Fundamentos quantitativos:** Matemática; Matemática Financeira; Introdução à Ciência de Dados; Estatística e Métodos Quantitativos Aplicado à Gestão Pública.
- **Gestão Pública:** Administração Pública; Planejamento de Governo; Políticas Públicas; Regulação e Gestão de Serviços Públicos; Gestão Municipal; Desenho e Avaliação de Políticas Públicas; Gestão Pública no Estado Contemporâneo; Projeto Aplicado I; Projeto Aplicado II; e Projeto Aplicado III.
- **Metodologia:** Metodologia Científica; e Metodologia de Pesquisa.
- **Orçamento e Finanças:** Introdução à Contabilidade; Administração Financeira e Orçamentária; Contabilidade Pública; e Finanças Públicas.

A definição de trilhas de aprendizagem apresentada no item 6.2 evidencia a interdisciplinaridade do curso ao agrupar conhecimentos de diferentes áreas em uma única trilha, bem como organizar disciplinas de uma mesma área em trilhas diferentes. Dessa maneira, a distribuição das disciplinas nas trilhas segue abaixo:

- **Democracia, Estado e Instituições:** Filosofia Política; Introdução ao Direito; Formação Social do Brasil; Sociologia; Teoria Política; Direito Constitucional; Microeconomia; Sociologia das organizações; Projeto Aplicado I; Macroeconomia; Direito Administrativo I; Direito Administrativo II; Economia do Setor Público; Economia Brasileira; Política Brasileira e Desenvolvimento Econômico e Social.
- **Liderança (transformadora) e gestão governamental:** Teoria Geral da Administração; Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais; Psicologia Organizacional; Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público; Projeto Aplicado II; Logística no Setor Público; Sistemas de Informação e Governança Eletrônica; Gestão de Projetos; Ética e Serviço Público; Liderança no Setor Público e Novas Formas de Prestação de Serviços Públicos.
- **Dados, Monitoramento e Avaliação:** Matemática; Matemática Financeira; Introdução à Ciência de Dados; Planejamento de Governo; Estatística; Introdução à contabilidade; Contabilidade Pública; Administração Financeira e Orçamentária; Finanças Públicas; Controle na Administração Pública; Desenho e Avaliação de Projetos e Métodos Quantitativos aplicados à Gestão Pública.
- **Análise e Gestão de Políticas Públicas:** Administração Pública; Políticas Públicas; Regulação e Gestão de Serviços Públicos; Políticas Sociais; Gestão Municipal; Projeto Aplicado III; Desigualdades e Políticas Públicas no Brasil e Gestão Pública no Estado Contemporâneo.

As disciplinas Metodologia Científica e Metodologia de Pesquisa abordam conteúdos transversais as trilhas e por isso não foram classificadas como as demais disciplinas obrigatórias.

A composição da carga horária total do curso foi acrescida de horas-aula destinadas às disciplinas optativas, que foram definidas ao longo da revisão deste Projeto Pedagógico, conforme estudos e em respeito às determinações legais, como o Decreto Federal nº. 5.626/2005 e a Lei Federal nº. 9.795/1999. A escolha acerca de qual disciplina optativa cursar, bem como do período de sua realização, será de responsabilidade exclusiva do aluno, conforme oferta de disciplinas pela Escola de Governo e existência de vagas. Para algumas disciplinas, o Colegiado do Curso instituiu a exigência de pré-requisitos:

- A aprovação na disciplina Matemática é necessária para a matrícula na disciplina Microeconomia; a aprovação na disciplina Microeconomia é necessária para a matrícula na disciplina Macroeconomia.
- A aprovação na disciplina Estatística é necessária para a matrícula na disciplina Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública.
- A disciplina Metodologia de Pesquisa deverá ser cursada a partir do sétimo período do curso, sendo o Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido ao longo dela.
- A aprovação na disciplina de Metodologia de Pesquisa é pré-requisito para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

Os pré-requisitos têm como objetivo resguardar discentes e docentes no que diz respeito ao conhecimento prévio de conteúdos assumidos como já assimilados, necessários para o desenvolvimento dos conteúdos programáticos.

6.4. Período e Periodicidade

O Csap tem duração total de 8 (oito) semestres letivos, com as aulas em período integral, matutino e vespertino, para todos os alunos. As disciplinas obrigatórias ofertadas e a carga horária total de cada período letivo encontram-se distribuídas conforme proposta abaixo destacada.

- **1º PERÍODO: 345 horas-aula** - Filosofia Política; Formação Social do Brasil; Introdução ao Direito; Matemática; Metodologia Científica; Sociologia; Teoria Geral da Administração.
- **2º PERÍODO: 375 horas-aula** - Administração Pública; Direito Constitucional; Introdução à Ciência de Dados; Matemática Financeira; Microeconomia; Projeto Aplicado I; Sociologia das Organizações; Teoria Política.
- **3º PERÍODO: 420 horas-aula** - Direito Administrativo I; Estatística; Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais; Macroeconomia; Planejamento de Governo; Políticas Públicas; Psicologia Organizacional.
- **4º PERÍODO: 360 horas-aula** - Direito Administrativo II, Economia Brasileira, Economia do Setor Público, Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público, Introdução à Contabilidade, Política Brasileira, Projeto Aplicado II.

- **5º PERÍODO: 390 horas-aula** - Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública, Desenvolvimento Econômico e Social, Logística no Setor Público, Políticas Sociais, Regulação e Gestão de Serviços Públicos, Sistemas de Informação e Governança Eletrônica.
- **6º PERÍODO: 330 horas-aula** - Controle na Administração Pública, Finanças Públicas, Gestão de Projetos, Gestão Municipal, Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública, Desenho e Avaliação de Políticas Públicas, Projeto Aplicado III.
- **7º PERÍODO: 150 horas-aula** - Desigualdades e Políticas Públicas no Brasil, Gestão Pública no Estado Contemporâneo, Metodologia de Pesquisa.
- **8º PERÍODO: 135 horas-aula** - Ética e Serviço Público, Liderança no Setor Público, Novas Formas de Prestação de Serviços Públicos.

A distribuição das disciplinas nos períodos do curso refere-se a uma proposta, cabendo ao aluno, a cada semestre, realizar a matrícula nas disciplinas de seu interesse, respeitando sempre os pré-requisitos estabelecidos e os regulamentos do curso. Ao final do curso é necessário que o aluno tenha cursado, com êxito, todas as 49 (quarenta e nove) disciplinas obrigatórias e no mínimo 4 (quatro) disciplinas optativas que forem ofertadas.

Semestralmente serão ofertadas quatro disciplinas optativas, sendo uma por trilha de aprendizagem. É facultado ao aluno optar por seguir uma trilha dando maior ênfase à sua trajetória dentro do curso ou diversificar as disciplinas optativas cursadas construindo assim uma formação mais generalista. Visando intensificar a internacionalização do Csap, até o máximo de duas optativas em cada semestre poderão ser ministradas em língua estrangeira.

Conforme determinação contida na Resolução nº. 02/2007, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação subordinado ao Ministério da Educação, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, tem-se que para os bacharelados, na modalidade presencial, a conclusão e a integralização curricular do Csap devem ocorrer em no mínimo 4 (quatro) anos e no máximo

5 (cinco) anos. Deve ser ressaltado que o período em que for concedido trancamento de matrícula[5] não será contabilizado para fins de integralização curricular.

As disciplinas obrigatórias e as disciplinas optativas constantes da matriz curricular do Csap poderão ser ofertadas na modalidade de EaD, num limite de oferta correspondente a 40% da carga horária total do Csap, nos termos do disposto na Portaria MEC nº 2.117/2019. O Colegiado do Csap aprovará previamente as disciplinas a serem ofertadas na modalidade EaD, considerando as metodologias utilizadas na ocasião da oferta das disciplinas e o incentivo constante à diversificação das práticas e à inovação nas formas de aprendizagem para o corpo discente, por parte do corpo docente do Csap.

6.5. Carga Horária Total

O currículo do Csap está descrito na malha curricular que segue abaixo, com a respectiva identificação da carga horária correspondente a cada componente obrigatório do curso.

COMPONENTES	CARGA HORÁRIA
Disciplinas Obrigatórias	**2.505 horas-aula**
Administração Financeira e Orçamentária	60 horas-aula
Administração Pública	60 horas-aula
Contabilidade Pública	60 horas-aula
Controle na Administração Pública	30 horas-aula
Desenho e avaliação de Políticas Públicas	45 horas-aula
Desenvolvimento Econômico e Social	45 horas-aula
Desigualdades e Políticas Públicas no Brasil	60 horas-aula
Direito Administrativo I	60 horas-aula
Direito Administrativo II	60 horas-aula
Direito Constitucional	60 horas-aula
Economia Brasileira	60 horas-aula
Economia do Setor Público	60 horas-aula
Estatística	60 horas-aula

[5] As normas e procedimentos para Trancamento de Matrícula ou de Disciplinas estão definidas em regulamento específico do Csap.

Ética e Serviço Público	30 horas-aula
Filosofia Política	45 horas-aula
Finanças Públicas	60 horas-aula
Formação Social do Brasil	45 horas-aula
Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais	60 horas-aula
Gestão de Projetos	45 horas-aula
Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público	60 horas-aula
Gestão Municipal	60 horas-aula
Gestão Pública no Estado Contemporâneo	30 horas-aula
Introdução à Ciência de Dados	30 horas-aula
Introdução à Contabilidade	30 horas-aula
Introdução ao Direito	30 horas-aula
Liderança no Setor Público	60 horas-aula
Logística no Setor Público	60 horas-aula
Macroeconomia	60 horas-aula
Matemática	60 horas-aula
Matemática Financeira	30 horas-aula
Metodologia Científica	60 horas-aula
Metodologia de Pesquisa	60 horas-aula
Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública	60 horas-aula
Microeconomia	60 horas-aula
Novas Formas de Prestação de Serviços Públicos	45 horas-aula
Planejamento de Governo	60 horas-aula
Política Brasileira	60 horas-aula
Políticas Públicas	60 horas-aula
Políticas Sociais	60 horas-aula
Projeto Aplicado I	30 horas-aula
Projeto Aplicado II	30 horas-aula
Projeto Aplicado III	30 horas-aula
Psicologia Organizacional	60 horas-aula
Regulação e Gestão de Serviços Públicos	45 horas-aula

Sistemas de Informação e Governança Eletrônica	60 horas-aula
Sociologia	45 horas-aula
Sociologia das Organizações	60 horas-aula
Teoria Geral da Administração	60 horas-aula
Teoria Política	45 horas-aula
Disciplinas Optativas	**120 horas-aula**
Optativa I	30 horas-aula
Optativa II	30 horas-aula
Optativa III	30 horas-aula
Optativa IV	30 horas-aula
Estágio Curricular Supervisionado	**500 horas**
Atividades Complementares de Graduação	**80 horas**
Atividades de Imersão e Conexão	**60 horas**
Trabalho de Conclusão de Curso	**-**
TOTAL	**3.265 horas**

6.6. Atividades Práticas Supervisionadas

Conforme aprovado pelo Colegiado do Curso em 02/08/2019 e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 06/08/2019, a partir de permissão contida no Ofício nº 1.256 de 04 de julho de 2019 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, a hora aula do Csap é de 50 minutos.

Tal alteração ocorreu após amplo debate ocorrido no âmbito das instâncias de decisão da Escola de Governo e foi fundamentada no Parecer do Conselho Nacional de Educação nº261/2006 e na Resolução nº3/2007 que estabelecem que o trabalho discente efetivo compreende preleções e aulas expositivas e atividades práticas supervisionadas.

Tais atividades ocorrem por meio de trabalhos individuais e em grupo, trabalhos interdisciplinares, práticas de ensino, atividades em biblioteca e laboratório, visitas técnicas, dentre outros e possuem como objetivo estimular a autonomia e o protagonismo do aluno no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento de competências formativas.

As atividades práticas supervisionadas realizadas no âmbito do Curso são definidas no Plano de Ensino de cada disciplina.

6.7. Interdisciplinaridade

Na concepção do currículo do Csap, destaca-se a diretriz da interdisciplinaridade, conforme explicitado em sua própria organização em torno dos núcleos centrais com as contribuições das diversas áreas do saber acadêmico afins à administração pública. A organização das optativas em trilhas de aprendizagem também reforça a interdisciplinaridade do curso uma vez que cada trilha envolve disciplinas e conhecimentos de diferentes áreas que compõem o curso.

Deve ser também notado que, além do Estágio Curricular Supervisionado e das Atividades Complementares de Graduação, o currículo do Csap contém desde 2014 a exigência de participação em Atividades de Imersão e Conexão.

As disciplinas de Projeto Aplicado também demonstram esta interdisciplinaridade proposta no curso, na medida em que propiciam a participação dos alunos em projetos do Estado de Minas Gerais possibilitando a associação de experiências práticas com os conteúdos ministrados em sala de aula. Desta forma, as disciplinas de Projeto Aplicado permitem que os estudantes desenvolvam a capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante desenvolvimento da disciplina e compreendam a relação interdisciplinar inerente à área de Administração Pública.

6.8. Novas tecnologias e inovações didático-pedagógicas

Considera-se prática pedagógica inovadora aquela que incentiva os alunos a desenvolverem uma percepção crítica da realidade, ultrapassando dessa forma a tradicional relação de transmissão mecânica de conhecimentos, na qual o aluno nada mais é do que um receptáculo de um saber supostamente consolidado. A prática inovadora, ao contrário, resgata a dimensão criativa do processo de conhecimento e considera o aluno um agente ativo na produção do saber.

Além das aulas expositivas, o corpo docente e discente do Csap, em conjunto com a Coordenação do Csap e a Direção da Escola de Governo, buscam utilizar outros métodos para

abordar os conteúdos propostos nas disciplinas, destacando-se, entre outros, palestras de profissionais que atuam na respectiva área de conhecimento, práticas de jogos interdisciplinares e simulados, torneios de debates sobre temáticas de grande relevância social e política e práticas públicas que incentivam a prática acadêmica e profissional.

Tais estratégias mostram-se enriquecedoras, uma vez que proporciona aos alunos a possibilidade do contato com pontos de vista variados acerca dos temas discutidos nas disciplinas, fomentando o debate plural e democrático. Além disto, estas iniciativas criam oportunidades de discussão entre os alunos e pessoas que possuem experiência profissional na área, com o objetivo de desenvolver habilidades de oratória, de retórica e de argumentação, habilidades importantes para a formação dos alunos que irão atuar no âmbito técnico e também político do Estado. Tais ações são desenhadas tendo sempre como objetivo o desenvolvimento de um ethos e uma postura ética por parte dos alunos do Csap, condição básica para a formação de um servidor público.

A adoção de práticas pedagógicas inovadoras encontra também no próprio processo de avaliação do desempenho dos alunos um espaço em que pode ser exercitada. O professor terá sempre a possibilidade de fazer, além de uma avaliação baseada na tradicional forma de teste individual, outros tipos de trabalhos que permitam ao aluno exercitar a sua criatividade.

Alguns exemplos de práticas avaliativas inovadoras que poderiam ser citadas seriam: a aplicação de avaliações em plataformas virtuais, como blogs, nas quais os alunos interagem entre si acerca de determinado tema e questionamento, comentando os apontamentos e as respostas uns dos outros; e também a prática do Júri Simulado, idealizado para que todos os alunos interajam sobre determinado tema da disciplina, alguns em defesa de determinado ponto de vista e outros em refutação, outros como mediadores e testemunhas, e outros como membros do júri e juízes, de modo a incentivar e a desenvolver nos alunos as habilidades de análise crítica e de argumentação sobre qualquer tema e ponto de vista.

A ênfase em Administração Pública também determina que os trabalhos devem proporcionar aos alunos a chance de manter um maior contato, no ambiente externo, com outros órgãos públicos. Isso ocorre por meio de visitas técnicas guiadas e realizadas ao longo das disciplinas do Csap e de outras formas de imersão acadêmica. Ao longo do curso os alunos podem assistir

a seminários relevantes, promovidos pela Fundação João Pinheiro, muitas vezes em parceria com Secretarias, Ministérios e Instituições Internacionais.

Essas práticas podem ser compreendidas a partir de uma perspectiva que privilegia a busca da eficácia e eficiência nas ações do governo e dentro de seu objetivo maior: a construção de uma sociedade democrática e justa. Dentro dessas premissas, as práticas pedagógicas adotadas na Escola de Governo devem ser flexíveis, para que possam melhor se adequar à realidade dinâmica do processo de aprendizagem e de vivência em sociedade.

6.9. Estágios Extracurricular e Curricular Supervisionado

A preocupação da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, com o desenvolvimento de atividades práticas no âmbito do Csap é permanente, considerando a sua destinação exclusiva à formação de profissionais para ingresso no cargo efetivo da carreira de EPPGG. Por este motivo aos alunos do Csap são disponibilizadas, desde o início do curso, oportunidades de realização de estágios extracurriculares em diversos órgãos e entidades públicos. Tal procedimento tem se revelado muito útil para propiciar aos alunos uma inserção na realidade à qual se integrarão como servidores públicos estaduais.

O estágio, independentemente de sua modalidade - extracurricular ou curricular, permite aos alunos a vivência na prática do que é aprendido em sala de aula, possibilita a troca de experiências com os servidores públicos que tem seu exercício nos órgãos e entidades concedentes da relação de estágio, bem como a troca de ideias, conceitos e estratégias. Para os alunos do Csap, a experiência do estágio visa também enriquecer a bagagem profissional e pessoal, com destaque para a possibilidade de criação de *networking* e desenvolvimento de articulação interpessoal.

Para tanto, a Fundação João Pinheiro, por intermédio da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho como parte interveniente das relações de estágios dos alunos do Csap, mantém diversos Convênios de Cooperação Técnica celebrados com órgãos e entidades públicos, de modo a possibilitar a realização dos estágios ao longo de todo o curso.

Em específico, o estágio curricular supervisionado no âmbito do Csap possui uma carga horária total de 500 horas que deve ser integralizada ao longo dos dois últimos períodos do curso, sétimo e oitavo períodos. A realização do estágio curricular supervisionado pelos alunos do

Csap é dividida nos dois referidos períodos, para o cumprimento de 250 horas em cada, conforme processo de alocação previamente conduzido e realizado ao longo do sexto período do curso para as vagas de estágio curricular supervisionado nas unidades administrativas dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo estadual de Minas Gerais.

As primeiras 250 horas de estágio curricular supervisionado, realizadas no sétimo período do curso, devem ser integralizadas junto à disciplina Metodologia de Pesquisa. As 250 horas finais do estágio curricular supervisionado devem ser integralizada no oitavo período do curso, junto ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Todo o processo de alocação dos alunos do Csap para a realização do estágio curricular supervisionado é conduzido com vistas à identificação do perfil de cada aluno para uma aderência às vagas de estágio ofertadas pela observância às necessidades, demandas prioritárias e estratégias do Governo, conforme estabelece o art. 3º do Decreto Estadual nº. 45.600/2011. Todos os procedimentos relacionados ao processo de alocação dos alunos do Csap para o estágio curricular supervisionado estão constantes de um regulamento próprio.

Durante a integralização a primeira metade da carga horária do estágio curricular supervisionado e ao longo da Disciplina Metodologia de Pesquisa, o aluno elabora um Projeto que será a base para o Trabalho de Conclusão de Curso a ser elaborado durante a integralização da metade final da carga horária do estágio curricular supervisionado.

6.10. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), elaborado obrigatoriamente durante o último período do curso e sob a modalidade de Monografia, é apresentado ao longo de um Seminário de Conclusão de Curso perante uma banca de avaliação, do qual participam os alunos envolvidos e os professores orientadores dos TCC, além de dois professores avaliadores indicados pelo Colegiado do Csap. Importante ressaltar que a elaboração do TCC deve estar de acordo com as diretrizes básicas para a integridade na atividade científica definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Na elaboração propriamente dita do TCC, os alunos são acompanhados pelos Professores Orientadores e apoiados pelos Tutores do Estágio Curricular Supervisionado, no que for

possível, considerando a orientação de que o tema do TCC deva, preferencialmente, guardar alguma relação com o local e órgão onde o aluno realiza o Estágio Curricular Supervisionado, de modo a possibilitar a entrega de um produto com contribuições efetivas ao órgão. Quanto à orientação do TCC, a preferência é que esta seja realizada pelos professores e pesquisadores da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e da Fundação João Pinheiro, por atuarem nas diversas áreas e projetos do Estado de Minas Gerais, contando, portanto, com o perfil adequado para orientar tanto metodologicamente quanto em termos de conteúdo.

O resultado do TCC do aluno do Csap é apurado por meio dos conceitos "APTO" ou "INAPTO". O aluno que tiver o conceito de "INAPTO", poderá ou ser reprovado diretamente ou realizar exame especial, conforme definição da banca de avaliação, ocasião na qual deverá corrigir os pontos apontados e submeter o trabalho para nova apreciação pelos professores avaliadores e orientador.

6.11. Atividades Complementares de Graduação

As Atividades Complementares de Graduação – ACG constituem-se um dos componentes da matriz curricular do Csap e visam o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos adquiridos por meio de práticas opcionais, interdisciplinares, transversais e independentes, que contribuam para o enriquecimento da formação dos alunos.

As ACG podem ser desenvolvidas na forma de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme modalidades estabelecidas em Regulamentos do Csap, sendo um objeto de aprendizagem no processo da Trilha de Aprendizado de cada estudante. As ACG permitem que o aluno busque cursos, seminários, projetos, práticas, grupos de estudos, oficinas e outras iniciativas diversas que se relacionem com o Projeto Pedagógico do Csap, e estejam alinhadas com suas aptidões, interesses e jornada individual enquanto profissional.

Nesse sentido, anualmente são ofertadas oficinas para que os estudantes tenham a opção de realizar ACG relacionada às Trilhas de Aprendizagem e ao desenvolvimento de habilidades interpessoais relevantes ao mundo do trabalho, vinculadas à matriz de competências do Csap.

As oficinas caracterizam-se por serem de curta duração, abertas a todos os alunos do Csap, e visam o aprofundamento em instrumentos, competências e metodologias relevantes à Administração Pública e sua prática no dia-a-dia. Para tanto, a metodologia predominante é

o emprego de exercícios práticos e métodos de simulação de situações concretas, na busca por aproximação entre teoria e prática e vivência da complexidade e seus desafios, tais como eles ocorrem e demandam a mobilização de capacidades individuais e institucionais.

As oficinas são desenvolvidas tanto por professores das áreas temáticas do Csap relacionadas a cada Trilha de Aprendizagem quanto por parceiros da rede do Csap, dentre eles, egressos do curso e especialmente lideranças do Estado de Minas Gerais, com vistas a possibilitar a conexão e interdisciplinaridade dos conteúdos de sala de aula, e ao mesmo tempo garantir o constante diálogo com os desafios atuais da gestão pública.

6.12. Atividades de Extensão

As atividades de extensão são estruturadas e desenvolvidas considerando as diversas diretrizes e normativas decorrentes da crescente institucionalização da prática extensionista na Escola de Governo e nas IES do Brasil. A partir de 2018, com a publicação das "Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira" pelo MEC, buscou-se incorporar de modo mais efetivo essas diretrizes, a saber: interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, formação cidadã dos estudantes, produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade e articulação entre ensino/extensão/pesquisa.

A Gerência de Extensão e Relações Institucionais (Geri) constitui um espaço para a difusão dos valores democráticos e reflexão crítica da realidade em diferentes contextos, estimulando a realização de ações de extensão que buscam contribuir para a formação cidadã dos estudantes do Csap. Além disto, a extensão cumpre um papel de possibilitar que o desenvolvimento de atividades relevantes à sociedade, baseadas no compromisso social da Escola de Governo e ao mesmo tempo, trabalha com o propósito de impacto e transformação. Destaca-se que as atividades de extensão na EG pautam-se na perspectiva de uma extensão popular, que se não se limita à prestação de serviços, ou mesmo apenas da disseminação de conhecimentos técnicos, mas busca uma construção a partir da troca de saberes entre os envolvidos.

Compreendendo que a extensão é o lugar do real, as atividades de extensão são uma oportunidade para vivenciar, refletir e agir em relação aos fenômenos sociais; e, por meio dessa interação, objetiva-se que o estudante: desenvolva, mobilize e ressignifique saberes;

desenvolva empatia e capacidade de reconhecer o outro, oportunizando uma formação cidadã; e ainda perceba a complexidade dos fenômenos e reflita sobre as implicações disso na prática de um Administrador Público.

Como uma oportunidade de ação e reflexão, vivência e conhecimento, prática cidadã e reflexão acadêmica, atualmente a extensão na Escola de Governo tem se desenvolvido em três principais eixos de projetos e ações: acadêmicos; sociais; e profissionais. Estes eixos marcam diferentes perspectivas e experiências para os alunos do Csap e apontam diretrizes para a formulação de novos projetos, que são desejáveis, na medida em que a formação é construída por e para os alunos, sempre reforçando a indissociabilidade com a pesquisa e o ensino. Muitos dos projetos e ações podem transitar entre diferentes modalidades, considerando a complexidade e multiplicidade que as ações extensionistas podem apresentar. Em geral, os projetos são categorizados conforme a proposta de aprendizagem e público beneficiado pelas atividades. A participação em projetos de extensão também podem ser geradores de créditos para ACGs.

Projetos Sociais

Os projetos sociais marcam a relação entre os estudantes do Csap e outras pessoas da comunidade no entorno da Escola de Governo, preferencialmente em áreas de vulnerabilidade social. A partir desta relação, busca-se o desenvolvimento de um trabalho social útil, que é constituído em conjunto com os atores, visando uma construção não alienante, possibilitando que os envolvidos pertençam àquela construção e possam atuar a partir dela.

A Escola de Governo apresenta um histórico dos projetos sociais desenvolvidos, que retratam esta perspectiva. Entre os projetos desenvolvidos estão: Fica Ativo! Repensar e Fica Ativo! Cidadania, Cursinho Educar preparatório para o Enem, Cursinho Educar Preparatório para o Enem para pessoas privadas de liberdade, Cursinho Educar preparatório para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e a Oficina de Teatro.

O “Fica Ativo! Cidadania” é um projeto que promove a interação entre alunos da Escola de Governo e alunos da Escola Municipal Dora Tomich Laender, que participam da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir destes encontros, são apresentados temas que estimulam a

reflexão sobre direitos individuais, sociais e cidadania, em seu sentido mais amplo, correlacionando-os à questão social e histórica em que estão inseridos. A construção dos temas a serem debatidos é feita de forma conjunta.

Por sua vez, o “Fica Ativo! Repensar” se desenvolveu a partir da pesquisa-ação, metodologia que prevê o reconhecimento da realidade entre os participantes e a construção de estratégias para superar eventuais fatores limitantes. A partir da construção entre os envolvidos, são desenvolvidos ciclos de ação e reflexão, que tratam de debates acerca de elementos estruturais da sociedade, tais como racismo e patriarcado. O projeto inicialmente foi desenvolvido com jovens do programa estadual de prevenção à Criminalidade o “Fica Vivo!”, mas passou a ser desenvolvido em escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, em especial na região do bairro Jardim Felicidade. Ao fim do projeto é construído um produto que marca confluência entre os debates desenvolvidos.

Outro exemplo de projeto social desenvolvido, é o “Cursinho Educar”, que se trata de um curso noturno anual preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O cursinho é oferecido de forma gratuita para alunos que cursaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Com aulas e monitorias de diversas disciplinas ministradas de forma voluntária por estudantes do Csap, o curso tem o objetivo de promover a integração social e econômica de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, buscando a ampliação das suas chances de ingresso no ensino superior.

A experiência bem sucedida do Cursinho Educar nos últimos anos permitiu que sua proposta fosse desenvolvida em outros locais por meio de parcerias com instituições públicas. O Cursinho preparatório para o Enem para pessoas privadas de liberdade foi realizado em presídios da região metropolitana de Belo Horizonte e o Cursinho preparatório para o Encceja foi realizado em uma Escola Pública Municipal para estudantes matriculados em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). As atividades destes projetos têm como prioridade atender jovens e adultos que estudaram em Escolas Públicas e possuem dificuldade de arcar com as despesas de um curso preparatório privado ou dificuldade de acesso como as pessoas privadas de liberdade, na busca por contribuir para perspectivas na vida pessoal e profissional destes beneficiários.

Por sua vez, a Oficina de Teatro é uma iniciativa inovadora que mobiliza a arte, cultura e expressão corporal para trazer contribuições e reflexões no campo da administração pública. Permite que os alunos do Csap desenvolvam peças teatrais relacionadas a temas importantes na administração pública e que devem ser necessariamente apresentadas em locais externos da EG como escolas públicas em Belo Horizonte e Região Metropolitana. A Oficina de Teatro favorece a empatia, a oratória e a criatividade.

Ao longo dos últimos anos a Escola de Governo disponibilizou diversos projetos sociais aos seus alunos com perspectivas de atuação diferentes, mas sempre focados no contato *in loco* com as diferentes pessoas, grupos e organizações, especialmente os mais vulneráveis. A concepção da extensão enquanto um lugar de trocas e construções coletivas faz com que seja desejável a constante criação de novos projetos, a partir das diretrizes definidas e da relação entre alunos e professores, com a possibilidade de articulação com diversos atores, tais como representantes de diversos aparelhos públicos e políticas públicas que os constituem. Além destas parcerias com instituições ligadas à Administração Pública, existe a possibilidade de articulação com instituições do terceiro setor, marcadas principalmente por associações e cooperativas, bem como o trabalho com lideranças locais, que representam uma troca interessante para a vivência dos alunos e marcam sua formação.

Projetos Acadêmicos

Projetos acadêmicos são iniciativas que, pela natureza de suas atividades, incentivam a pesquisa e o estudo mais aprofundados de determinados temas e sua disseminação por meio das mais diversas formas de comunicação, promovendo de forma mais direta a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Como exemplo desta perspectiva, pode ser citado o programa de Observatório de Políticas Públicas (OPP), idealizado para se constituir em um espaço para pesquisa e discussão de políticas públicas, com vistas a estimular a produção acadêmica e o debate dos graduandos acerca de temas pré definidos entre professores orientadores e alunos. Desenvolvido em grupos temáticos sob orientação de professores/pesquisadores da FJP, o projeto também estimula a publicação dos trabalhos acadêmicos resultantes da iniciativa.

Apesar disso, não necessariamente todos os produtos devem ser estruturados na forma de um artigo acadêmico, pois o projeto permite desenvolver outros produtos também relevantes do ponto de vista acadêmico e do aprendizado, tais como cartilha, *blog*, Ciclos de debates, *ebook*, ferramentas e outros.

Dentro do OPP, outra importante iniciativa é o Observatório das Desigualdades, que é uma parceria com Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG) e busca contribuir com o debate sobre as diferentes faces da desigualdade social, os mecanismos que as produzem e as formas de enfrentá-la. A proposta da iniciativa é tornar o conhecimento mais acessível por meio de boletins, gráficos, vídeos e notas informativas que provocam reflexões sobre os diversos vieses do tema, entregando ao público conteúdos de qualidade e de fácil compreensão.

Outra experiência relevante em relação aos projetos acadêmicos é o projeto de extensão Sociedade de Debates, iniciativa dos alunos do Csap de se mobilizarem para preparação e realização de debates. Neste projeto alunos se inscrevem para participar de treinamentos e debates periódicos prioritariamente realizados entre alunos do próprio Csap, mas que podem ter a participação de outros alunos de IES que possuem projetos semelhantes. Nestes debates é valorizada a expressão argumentativa dos seus participantes e as regras utilizadas são do Instituto Brasileiro de Debates (IBD). O projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, retórica e argumentação como forma de ampliar a reflexão, a troca de informações e o respeito por diferentes posicionamentos. Suas atividades são realizadas na Escola de Governo e/ou por meio de plataformas digitais.

Estes exemplos são relevantes para delimitar a forma como são construídos os projetos acadêmicos, contudo, o interesse por determinadas temáticas, os problemas de pesquisa e as questões a serem estudadas e suas diversas formas são muito dinâmicas, por isso, é fundamental que os grupos constituídos tenham autonomia para determinarem seus rumos, dentro das diretrizes propostas e da importante articulação entre os alunos/as e professores/as, estabelecendo de forma orgânica a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Projetos Profissionais

Projetos que permitem a vivência de desafios profissionais e a aplicação de conhecimentos do Csap para o desenvolvimento de atividades relacionadas à prática profissional de um gestor público.

Como exemplo de projetos relacionados a práticas profissionais tem-se a João Pinheiro Júnior, organizada no formato de Empresa Júnior para prestar serviços de consultoria em diversas áreas da administração com foco em organizações públicas, coordenada e composta pelos alunos do Csap.

Criada em 1998 e projeto de extensão mais antigo da EG a João Pinheiro Júnior permite que os alunos membros tenham, durante a graduação, experiências em diversas temáticas da Administração e conheçam de perto a realidade da administração pública municipal, estadual, autarquias e Organização não Governamentais (ONG), além da oportunidade de desenvolverem diversas habilidades como capacidade de análise, liderança, espírito de equipe, capacidade de adaptação, proatividade e diversas outras. Os projetos contratados contam com a orientação e supervisão de um docente da EG.

Além da experiência da João Pinheiro Júnior, outras possibilidades de projetos profissionais dizem respeito às parcerias com secretarias estaduais e municipais, que permitem, a partir da delimitação do escopo de ação, a contribuição dos alunos/as em ações relacionadas diretamente à dinâmica organizacional e prestação de serviços destes órgãos.

Anualmente alunos e professores são convidados a apresentar propostas de novos projetos de extensão, com vistas a permitir que docentes e discentes sejam protagonistas, trazendo suas vivências de sala de aula, das pesquisas e de suas Redes para o desenvolvimento de projetos. No contexto da prática extensionista, a colaboração de professores e pesquisadores da Escola de Governo e da Fundação João Pinheiro é fundamental para coordenação atividades e orientação aos alunos.

Além disso, a Gerência de Extensão e Relações Institucionais abre a possibilidade para a realização de projetos em parceria com organizações governamentais e não governamentais. Isso ocorre para que as ações de extensão não resumam a uma lista de atividades, mas sejam trabalhadas de forma orgânica na medida em que todos os envolvidos no processo de

construção dos saberes sejam ouvidos e tenham a possibilidade de participar do processo de construção de uma extensão de fato interdisciplinar, trabalhada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que promova um impacto e transformação positivos na sociedade.

Para tanto, todas as propostas de extensão devem apresentar justificativa, objetivos, metodologia, público-alvo e deve ser validada pela Gerência de Extensão e Relações Institucionais e aprovada pelo Colegiado do Csap, a fim de garantir seu alinhamento ao projeto pedagógico do curso e à Política de Extensão na EG e, consequentemente, o desenvolvimento de atividades relevantes para o processo formativo do estudante.

6.13. Atividades de Imersão

As atividades de imersão compõem a carga horária total do Curso, oferecendo uma aprendizagem proveniente das vivências e da experiência *in loco* das realidades e desafios municipais e regionais, ou ainda da dinâmica e de boas práticas de organizações governamentais e não governamentais.

A principal finalidade dessas atividades consiste em contribuir para que os alunos desenvolvam capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de observação e atuação nas regiões visitadas. Pretende-se ainda favorecer o conhecimento prático de técnicas de gestão adotadas em regiões e contextos variados, a troca de experiências entre os envolvidos, possibilitar atitudes colaborativas por parte dos alunos do curso e ainda fomentar a adaptabilidade a diferentes culturas organizacionais.

O conceito de “imersão” é utilizado quando o estudante universitário, a partir de um plano de ação relacionado ao seu processo de formação, se distancia de sua região de estudo, deslocando-se para outra localidade com o objetivo de vivenciar e perceber a complexidade da realidade da administração pública contemporânea, notadamente no nível local/municipal.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho disponibiliza diferentes formatos de projetos de imersão municipal com planos de ação definidos em função do número de dias das atividades em campo e de eventuais parcerias institucionais constituídas para viabilizar a execução do projeto.

Os projetos aprovados pelo Colegiado do Csap encontram-se apresentados a seguir.

Prinagem

O Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem) é um programa de extensão universitária iniciado em 2016 e tem por objetivo enviar estudantes do curso de Administração Pública a municípios do estado de Minas Gerais, a fim de desenvolverem atividades de assessoria técnica para o fortalecimento das gestões municipais e melhoria dos serviços públicos. Essas ações são balizadas por um plano de ação construído com a orientação de um docente e demandas previamente repassadas e validadas pelas prefeituras. Durante o período de imersão, geralmente nos meses de janeiro ou julho, os estudantes permanecem de 3 a 4 semanas em dedicação exclusiva.

Além de oportunizar aos discentes o trabalho junto às administrações locais, percebendo as complexidades e desafios diários dos gestores municipais e gestão das políticas públicas em nível local, o Prinagem também objetiva contribuir com o aprimoramento das capacidades de planejamento e de execução de políticas públicas dos municípios mineiros, especialmente os de frágeis indicadores socioeconômicos.

Enquanto uma atividade de extensão, o Prinagem é o espaço em que os discentes vivenciam situações que os permitam colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos, desenvolver habilidades diversas relacionadas a colaboração, comunicação, capacidade de negociação e resolução de problemas. Ademais, o desenvolvimento das atividades pelos discentes oferecerá a eles a oportunidade de aprender de perto as relações entre governo, administração pública e sociedade, vinculando o ensino acadêmico aos serviços e gestão públicos, numa perspectiva multidisciplinar.

Ao mesmo tempo, espera-se que do trabalho dos estudantes resultem atividades capazes de apontar alternativas para a promoção do desenvolvimento institucional, a melhoria de processos de gestão com vistas melhorar a prestação dos serviços, respeitando as especificidades locais.

Pontes para Cidadania

Projeto realizado em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio da sua Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) com o objetivo de desenvolver

atividades de apoio a gestão municipal para melhoria da prestação dos serviços públicos nos municípios e maior aproximação e diálogo da gestão pública com os cidadãos.

Este projeto anteriormente foi executado com sucesso em 10 municípios com os menores valores de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Minas Gerais sob o nome de 10envolver e foi reestruturado para ampliar o seu alcance a todos os municípios mineiros.

As demandas que subsidiam a definição de quais atividades serão desenvolvidas no município beneficiado pelo projeto são mapeadas pelo MPMG com a colaboração das promotorias de justiça, comunidade, lideranças locais e administração pública municipal. A EG/FJP participa da elaboração do plano de ação que contempla as atividades sugeridas para a execução no município e durante 2 semanas seus alunos com a orientação de um docente e de servidores do MPMG participam ativamente da implementação do plano.

Projeto Rondon

Projeto realizado pelo Ministério da Defesa (MD) em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas brasileiras, Governos Estaduais e Municípios. O projeto busca contribuir para o desenvolvimento de ações que privilegiem o desenvolvimento sustentável local e a construção e promoção da cidadania nos municípios beneficiados, reconhecendo a importância da participação das lideranças comunitárias neste processo.

As ações são executadas pelas IES por meio de oficinas, cursos e palestras estruturadas conforme o perfil socioeconômico do município e dos cidadãos envolvidos nestas atividades. O MD define os municípios e seleciona as IES por meio da divulgação de editais.

6.14. Intercâmbio Acadêmico e ações de internacionalização

Considerando a relevância da experiência internacional tanto para os estudantes quanto para as Instituições de Ensino Superior, a internacionalização é uma diretriz do Csap e da Escola de Governo. Anualmente podem ser ofertadas disciplinas optativas, Oficinas e Cursos de inverno/verão em língua inglesa e/ou em língua espanhola, preferencialmente em colaboração com professores de instituições internacionais parcerias, além da realização de

seminários internacionais. Além disso realiza-se busca ativa para celebração de convênios com várias instituições de Ensino Superior nacionais e estrangeiras com vistas à realização de programas de intercâmbio acadêmico por parte dos alunos do Csap e ainda para receber estudantes de outras IES. São incentivados ainda intercâmbios de curta duração no período de férias dos estudantes para a participação em cursos e/ou programas de estágios.

Os programas de intercâmbio acadêmico visam ao aprimoramento da formação dos alunos do Csap e compreendem as atividades de natureza acadêmico-científica a serem desenvolvidas em outra Instituição de Ensino Superior que possua acordo de cooperação técnica assinado com a FJP. A implantação destes programas se alinha entre as medidas voltadas para proporcionar novas oportunidades acadêmicas curriculares aos alunos do curso de graduação, assim como promover a produção e difusão do conhecimento a partir dos esforços coletivos da comunidade acadêmica nacional e internacional.

O programa de intercâmbio acadêmico permite ao aluno afastar-se da EG/FJP por um período de até um semestre letivo. Trata-se de uma oportunidade para o aprimoramento acadêmico, profissional, pessoal e experimentar novas vivências em diferentes contextos proporcionados por instituições de excelência em nível nacional e internacional. O aluno da Escola de Governo, que realiza intercâmbio acadêmico, terá um histórico escolar diferenciado, com formação em outro ambiente cultural e conhecimento de língua estrangeira, além da oportunidade de desenvolvimento da capacidade de automotivação e desenvolvimento de forma autônoma, mais tolerante e mais aberto a inovações e mudanças.

Atualmente o Csap conta com oito Acordos de Cooperação vigentes em diferentes Universidades no Brasil e em outros países, sendo eles: Université Picardie Jules Verne, na França; Universitá Degli Studi di Roma “Tor Vergata” e Universitá Degli Studi di Torino, ambas na Itália; National Chengchi University – NCCU, em Taiwan; Universidad de Chile – UCHILE e Universidad de Santiago de Chile – USACH, ambas no Chile, e no Brasil cita-se a cooperação com Fundação Getúlio Vargas – FGV e a Universidade Federal de Lavras.

Em relação aos cursos e programas de curta duração incentivados, destaca-se o Programa de Fortalecimento da Função Pública na América Latina. O Programa é uma iniciativa da Fundação Botín que possui sede na Espanha direcionado para estudantes universitários de IES

da América Latina com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento da América Latina, impulsionando a criação de uma rede de futuros servidores públicos com alta capacitação e comprometidos com seus países por meio do serviço público. Para tanto, oferece aos jovens selecionados uma bolsa integral para participação em treinamentos no formato de imersão de cinco a oito semanas em diferentes países.

7. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DISCENTE

Como o Csap faz parte do Concurso Público que visa o ingresso na carreira de EPPGG do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, os mecanismos de avaliação dos alunos e as notas por eles obtidas integram o concurso público, daí a natureza especial de todo esse processo.

Os critérios de avaliação por disciplina do Csap estão determinados tanto no Regimento Interno da Escola de Governo quanto no Regulamento do Curso. A verificação do rendimento escolar será feita por disciplina, abrangendo aspectos de frequência às aulas e aproveitamento, entendido como o resultado de avaliação do aluno nas atividades desenvolvidas na disciplina:

- Entende-se por frequência o comparecimento às atividades didáticas de cada disciplina, exigindo-se, para aprovação, o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de comparecimento, vedado o abono de faltas, nos termos do disposto na Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº. 04, de 16 de setembro de 1986, e na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), bem como no Regimento Interno da Escola de Governo. O controle da frequência é realizado pelo professor responsável pela disciplina, por meio de chamada oral. No caso das horas referentes ao Estágio Curricular Supervisionado I e II, realizadas nos órgãos e entidades que compõem a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, o controle da frequência é realizado pelo Tutor do Estágio por meio de controles administrativos semelhantes aos utilizados para os servidores regulares do órgão.
- Entende-se por aproveitamento o resultado mínimo de 60,0 (sessenta) pontos de avaliação do aluno nas atividades desenvolvidas na disciplina.

8. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DOCENTE

São realizados semestralmente levantamentos de opinião dos alunos a respeito dos aspectos didático-pedagógicos e de operação institucional do Csap. Estas informações são tabuladas e informadas aos professores interessados e ao Colegiado do Csap. As avaliações são utilizadas pelos professores para aprimoramento das disciplinas e melhoria de práticas didático-pedagógicas. O Colegiado do Csap utiliza as avaliações para identificação de boas práticas que podem ser compartilhadas com todo o corpo docente. Além disso, as avaliações também possibilitam ao Colegiado identificar problemas que precisam ser trabalhados de forma conjunta com os docentes.

A título de exemplo, tem-se as dimensões investigadas nas últimas avaliações:

- Gestão do Curso:
    - Disponibilidade e Atuação da Coordenação do Curso;
    - Disponibilidade e Atuação da Coordenação de Estágio e Atividades Complementares de Graduação;
    - Atuação da Secretaria de Registro e Controle Acadêmico da Escola de Governo;
    - Atuação da Secretaria Geral da Escola de Governo;
    - Instalações físicas da Escola de Governo (banheiros, laboratórios etc.);
    - Infraestrutura das salas de aula da Escola de Governo;
    - Acervo e Serviços prestados pela Biblioteca da Fundação João Pinheiro;
    - Serviços terceirizados da Escola de Governo (reprografia e restaurante);
    - Clareza quanto às regras e aos procedimentos da Escola de Governo.

- Disciplinas Ofertadas e Atuação dos Professores:
    - Transmissão de conhecimento;
    - Clareza de exposição;
    - Metodologia de avaliação utilizada;
    - Assiduidade e pontualidade;
    - Adequação da bibliografia indicada;
    - Cumprimento do programa proposto;
    - Relacionamento com os alunos;
    - Contribuição para a aprendizagem dos alunos;

- Disponibilidade fora da sala de aula;
- Cortesia e Educação;
- Autoavaliação do aluno quanto ao seu envolvimento, compromisso e assiduidade com as disciplinas cursadas;
- Interesse em cursar/fazer outra disciplina/atividade com o professor;
- Indicação a disciplina/atividade do professor a outros alunos.

9. COORDENAÇÃO

Coordenador: Bruno Dias Magalhães.

Titulação: Mestre em Democracia y Buen Gobierno.

Regime de Contratação: Estatutário efetivo, tempo integral.

Experiência Acadêmica e Profissional: Mestre em Democracia y Buen Gobierno pela Universidad de Salamanca, Espanha. Possui graduação em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Gestão de Pessoas pela Fundação Dom Cabral e em Liderança e Gestão Pública pelo Centro de Liderança Pública. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Governo do Estado de Minas Gerais. É mestrando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo e está concluindo uma especialização em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Subcoordenador: Thiago Zordan Malaguth.

Titulação: Especialista em Políticas Públicas.

Regime de Contratação: Estatutário efetivo, tempo integral.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. É mestrando em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental com atuação direcionada para políticas educacionais desde 2014.

Equipe:

Bárbara Barbosa Dias dos Anjos

Titulação: Especialista em Gestão Pública Municipal, pela UFSJ; Especialista em Gestão de Pessoas, pela UEMG; Especialista em Gestão Estratégia, pela FJP; Graduada em Direito, pela Universidade FUMEC; e Graduada em Administração Pública, pela FJP.

Regime de Contratação: Estatutário efetivo, tempo integral**.**

Experiência Acadêmica e Profissional: Ocupa o cargo efetivo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2010, atualmente em exercício na Escola de Governo da FJP. Docente desde 2020.

Raphaella Aragão Vieira

Titulação: Mestre em Administração pela UFMG e pós-graduada em Empreendedorismo, Marketing e Finanças pela PUC Minas. Possui graduações em Sistemas de Informação e em Administração, ambas pela PUC Minas.

Regime de Contratação: Estatutário efetivo, tempo integral**.**

Sabrina Cássia Ferreira

Titulação: Graduanda em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Regime de Contratação: Contrato de estágio

10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

10.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Área Temática: Administração

TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO: 60 horas/aula

Ementa:

A Administração como Ciência Social Aplicada. Gênese das organizações. Abordagem clássica. Abordagem humanística. Abordagem burocrática. Abordagem sistêmica. Abordagem contingencial. A administração contemporânea: novas formas de organização do trabalho; estratégias organizacionais, cultura e mudança organizacional. Tendências recentes em teoria da administração.

Bibliografia Básica:

FAYOL, Henri. Administração geral e industrial. São Paulo: Atlas, 2012.

MAXIMIANO, Antônio C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à digital. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

TAYLOR, Frederic W. Princípios da Administração Científica. São Paulo: Atlas, 2012.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: 60 horas/aula

Ementa:

Conceitos básicos da Psicologia Organizacional e sua relação com a teoria e a prática da administração. Motivação. O grupo nas organizações. Equipes. O Conflito nas Organizações. Negociação. Percepção e tomada de decisão. Comunicação. Diversidade nas organizações. Estereótipo, preconceito e discriminação. Cultura e clima organizacional. Trabalho, subjetividade e identidade. Saúde Mental e Trabalho. Violência no trabalho: assédio moral e sexual. Qualidade de Vida no Trabalho.

Bibliografia Básica:

HITT, Michael A. et al. Comportamento Organizacional; tradução e revisão técnica Teresa Cristina Padilha de Souza. 3ª ed. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

ROBBINS, Stephen Paul. Comportamento organizacional. 11.2 Ed.– São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

RONCHI, Carlos César. Sentidos do trabalho: saúde e qualidade de vida. Curitiba: Juruá, 2010.

TORRES, Cláudio Vaz, NEIVA, Elaine Rabelo. PSICOLOGIA SOCIAL: principais temas e vertentes. Porto Alegre: Armed, 2011.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 616 p.

GESTÃO DE PROCESSOS E ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS: 60 horas/aula

Ementa:

Estudo da estrutura e do funcionamento das organizações públicas com o foco na qualidade dos serviços públicos. Análise dos sistemas funcionais nas dimensões estrutural e processual no âmbito do Governo do Estado. Estudo de conceitos, técnicas e metodologias de análise e solução de problemas organizacionais visando a otimização do processo gerencial e a qualidade do serviço público. Desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para análise e diagnóstico organizacional com foco na qualidade e na melhoria dos processos e das estruturas organizacionais, direcionados à excelência da gestão pública e à prestação de serviços públicos aos cidadãos. Estruturas Organizacionais, Gestão de Processos, Gestão da Qualidade, Ferramentas de Análise, Fluxogramas, Formulários, Manuais Administrativos, Arranjo Físico no contexto da administração pública.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CURY, Antônio. Organização e métodos: uma visão holística: perspectiva comportamental e abordagem contingencial. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2005

PAVANI JÚNIOR, Orlando; SCUCUGLIA, Rafael. Mapeamento e gestão por processos – BPM. São Paulo: M.Books Editora, 2011.

BARROS, Elsimar; BONAFINI, Fernanda César. Ferramentas da Qualidade. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

ARAÚJO, Luis César. Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional. São Paulo: Atlas, 2011.

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CRUZ, Tadeu. Sistemas, Organização e métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação. São Paulo: Atlas, 1997.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa:

Tendências e desafios da gestão de pessoas no setor público. Subsistemas de gestão de pessoas: provisão, desenvolvimento, desempenho, compensação, relações humanas e sociais. Políticas e práticas inovadoras de gestão de pessoas no setor público. Políticas e práticas de gestão de pessoas no Estado de Minas Gerais. Tendências e desafios da gestão de pessoas no setor público. Subsistemas de gestão de pessoas: atração e seleção, desenvolvimento, desempenho, incentivos. Políticas e práticas inovadoras de gestão de pessoas no setor público. Gestão por competências no setor público. Políticas e práticas de gestão de pessoas no Estado de Minas Gerais.

Bibliografia Básica:

GAULEJAC, Vincent de. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Idéias e Letras, 2007. 344 p.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002

MARCONI, N. Políticas Integradas de Recursos Humanos para o setor Público. Disponível em http://www.top.org.ar/Publicac.htm. Acesso em 15/10/2008.

LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa:

Visão Sistêmica em Logística e Cadeias de Suprimentos. A logística: desenvolvimento histórico; principais conceitos e componentes; gerenciamento de cadeias de suprimentos; logística privada e pública; logística integrada e reversa; logística como componente estratégico. A Administração de Materiais: classificação e especificação de materiais; gestão de estoques;

armazenagem e distribuição; gestão patrimonial; principais normas e sistemas. Compras públicas: panorama geral; governança e gestão estratégica de contratações; licitações, compras públicas e gestão de contratos; principais normas e sistemas. Temas especiais de logística: uso da tecnologia da informação; inovação; centralização e descentralização. Estudos práticos envolvendo entes públicos estaduais e boas práticas externas.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2012

BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. 3. ed. São Paulo: Saraiva. 2016. 528p.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: uma abordagem logística. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1993.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2001

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos – 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012

MOREIRA, Otacílio; SANTOS, Carlos Alberto Maciel. Gestão avançada da cadeia de suprimentos: em busca de uma vantagem competitiva e sustentável. São Paulo: Editora Nelpa, 2017. 282p.

POZO, Hamilton. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA ELETRÔNICA: 60 horas/aula

Ementa:

Gestão da informação: o ciclo de gerenciamento de informação. Sistemas de Informação: conceitos, tipos e processos de implantação. Transparência, acesso à informação e segurança da informação. Estratégia de Governança Digital. Transformação de serviços públicos. Gestão de Serviços e Infraestrutura de TIC. Tecnologias inovadoras. Experiências de governo eletrônico no setor público.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição

Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 14 ago. 2018. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm > Acesso em: 13 de janeiro de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Diário Oficial da União. Brasília, 26 jul. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13460.htm> Acesso em: 13 de janeiro de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, 14 ago. 2018. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm> Acesso em: 13 de janeiro de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018. Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação. Brasília, 26 jul. 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13726.htm> Acesso em: 13 de janeiro de 202N

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura: A sociedade em rede. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. v.1.

CHOO, C. W. Organização do conhecimento. São Paulo: Senac, 2004.

LAUDON, Keneth C; LAUDON, Jane P. Sistemas de informações gerenciais: administrando a empresa digital. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

GESTÃO DE PROJETOS: 45 horas/aula

Ementa:

Administração de projetos no setor público. Gestão de projetos e o ciclo de políticas públicas. Desenvolvimento do projeto; as áreas e processos de gerenciamento de projetos; ciclo de vida de projetos. A análise do portfólio de projetos. O gerenciamento da interface de Programas. Escritório de Projetos.

Bibliografia Básica:

PFEIFFER, Peter. Gerenciamento de Projetos de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

RABECHINI JÚNIOR, R. e CARVALHO M.M. Fundamentos em Gestão de Projetos: Construindo competências para gerenciar projetos. São Paulo. Atlas, 2011

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 2002.

LIDERANÇA NO SETOR PÚBLICO 60 horas/aula

Ementa:

Conceito e teorias de liderança: dos clássicos aos contemporâneos. Papéis do líder. O exercício da liderança em processos de mudanças e de incerteza nas organizações. O exercício da liderança pelo servidor público. Competências de liderança: compreensão da dinâmica institucional; tomada de decisão; engajamento de equipe; comunicação; inovação; gestão da mudança; resiliência.

Bibliografia Básica:

BERGUE, S. T. Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público. Brasília: Enap, 2019.

OCDE. Recomendação do Conselho sobre Liderança e Competência na Função Pública. Coletânea Instrumentos Jurídicos. OCDE, 2018.

OCDE. Revisão das competências de inovação e liderança na alta administração pública do Brasil. Conclusões Preliminares da OCDE. 2019.

OLIVEIRA, F.B.; Sant'Anna, A.S; VAZ, S.L. Liderança no contexto da nova administração pública: uma análise sob a perspectiva de gestores públicos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Revista de Administração Pública — Rio de Janeiro 44(6):1453-75, NOV./DEZ. 2010

Área Temática: Direito

INTRODUÇÃO AO DIREITO: 30 horas/aula

Ementa:

Estado de Direito. Paradigmas jurídicos: Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito. Definição e sua afirmação ao longo das etapas históricas. Dimensões dos Direitos

Fundamentais. Ordenamento Jurídico. Norma Jurídica. Hierarquia das normas. Processo Legislativo. Hermenêutica jurídica.

Bibliografia Básica:

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2009

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas.

NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. 12ª ed. rev. atual. Salvador: Editora JusPodium, 2017.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 1999.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 60 horas/Aula

Ementa:

Conceito e origem do direito constitucional. Tipos de constituição. Formação e tipos de Estado e de Governo. O poder constituinte. Estrutura da Constituição de 1988. Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Dos Remédios Constitucionais. Regime Jurídico das Políticas Sociais: princípios, organização e financiamento das políticas sociais na CF/88. Da Organização Político-Administrativa (arts. 18 a 33 CRF/88). Da Divisão Orgânica dos Poderes. Controle de Constitucionalidade.

Bibliografia Básica:

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.

DIREITO ADMINISTRATIVO I: 60 horas/aula

Ementa:

Origem, objeto e conceito do Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Ato Administrativo. Organização Administrativa. Licitações, e Contratos Administrativos. Responsabilidade Extracontratual do Estado.

Bibliografia Básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética.

DIREITO ADMINISTRATIVO II: 60 horas/aula

Ementa:

Agentes Públicos: definição e classificação. Direito Administrativo da Função Pública. Serviços Públicos. Concessão e Permissão de Serviços Públicos. A regulação do Serviço Público na Constituição e na legislação pertinente. A intervenção do Estado na propriedade. Bens Públicos. Processo administrativo.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2012

CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 30 horas/aula

Ementa:

Tipos de Controle. Princípios Específicos de Controle. Rumos do Controle no Estado Democrático de Direito e o papel do gestor público. O Controle Interno e o Controle Externo. O Controle exercido pelos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas.

Bibliografia Básica:

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita; OLIVIERI, Cecília; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia

brasileira. IN: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 17, n. 60, 2012. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3980.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Curso de Direito Administrativo. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo. Os Grandes Desafios do Controle da Administração Pública. Fórum de Contratação e Gestão Pública, v. 100, p. 7-30, 2010.

MEDAUAR, Odete. Controle da administração pública. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MILESKI, Helio Saul. O controle da gestão pública. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

RODRIGUES, Nina Trícia Disconzi; OLIVEIRA, Rafael Santos de; SILVA, Fernanda dos Santos Rodrigues. O aprimoramento do direito de petição sob a perspectiva das novas mídias digitais. Revista de informação legislativa: RIL, v. 55, n. 217, p. 181-202, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/217/ril_v55_n217_p181>

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009, P. 95-140.

NOVAS FORMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 45 horas/aula

Ementa:

As novas formas de prestação de serviços públicos e parcerias na Administração Pública e sua aplicabilidade. Convênio administrativo; convênios administrativos de natureza financeira. Consórcios. Concepção, modalidades de seleção, projetos e implementação das Parcerias Público Privadas (PPP); benefícios e riscos para os Setores Público e Privado; Parcerias entre a Administração Pública e a sociedade civil: Organizações sociais - OS, organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, contratos de gestão, termos de fomento e de colaboração, Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC); instrumentos jurídicos de contratualização com OSC.

Bibliografia Básica:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BICALHO, Alécia Paolucci Nogueira. Desestatizações: privatizações, delegações, desinvestimentos e parcerias. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e parceria público-privada. Rio de Janeiro, Forense, 2017.
JUSTEN FILHO, Marçal. Teoria geral das concessões de serviços públicos. São Paulo: Dialética, 2003.
MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Concessões. Belo Horizonte, Fórum, 2015.
RIBEIRO, Maurício Portugal. 10 anos das Lei de PPS & 20 anos da Lei de Concessões. Rio de Janeiro, 2014.

Área Temática: Economia

MICROECONOMIA: 60 horas/Aula

Ementa:

Especialização e ganhos de comércio: a teoria das vantagens comparativas. Demanda, oferta e o mecanismo de mercado. O conceito de elasticidade e suas aplicações. Introdução à teoria do consumidor. Custos de produção no curto e no longo prazo. Estruturas de mercado (concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística). Mercados, eficiência, equidade na perspectiva da Economia do Bem-Estar. Introdução às falhas de mercado e suas possíveis correções.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. G. Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2001. (ou edições superiores)
MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia. 6ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
PINDYCK, R.; D. RUBINFELD. Microeconomia. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Prentice-Hall, 2002. (ou edições superiores)

MACROECONOMIA: 60 horas/aula

Ementa:

Mensuração dos agregados macroeconômicos. Poupança, investimento e taxa de juros. Demanda agregada, curva de Phillips e modelos DSGE. Mercados financeiros e investimento nos modelos pós-Keynesianos. Paridade do poder de compra, fluxos de capital e taxas de câmbio.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC Editora.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. São Paulo: Pearson Trentice Hall.

FROYEN, R. T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa:

Mercados, eficiência e equidade na perspectiva da economia do bem estar. Falhas de mercado: concorrência imperfeita e monopólio natural, externalidades, bens públicos e recursos de propriedade comum. A evolução do papel do Estado na economia. Gastos públicos: evolução e determinantes.

Bibliografia Básica:

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo Shapiro. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier.

RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: LTC

SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Brasileira contemporânea, de Getúlio a Lula

ECONOMIA BRASILEIRA: 60 horas/aula

Ementa:

As origens coloniais do subdesenvolvimento no Brasil. Café, ferrovias e indústria: a economia brasileira durante a transição do Império para a Primeira República. A Era Vargas. A evolução da economia brasileira no pós-guerra. Auge e esgotamento do processo de substituição de importações. O ciclo autoritário e a crise dos anos 80. Redemocratização e o aprendizado da estabilização econômica. 1994-2014: vinte anos de política econômica com inclusão social. O fim de um ciclo e os desafios para o futuro.

Bibliografia Básica:

BONELLI, Régis; Fernando VELOSO. (organizadores) A crise de crescimento no Brasil. Rio de Janeiro: Elservier, 2016.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

FERREIRA, Pedro et al. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.FISHLOW, Albert. O novo Brasil: as conquistas políticas, econômicas, sociais e nas relações internacionais. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, Fábio et al. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. Governos Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018). Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2019.

PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: 45 horas/aula

Ementa:

Fundamentos do desenvolvimento; Prosperidade e crescimento dos países; Reflexão sobre as políticas de promoção do desenvolvimento: o papel do Estado; o papel do mercado; a política econômica. A dimensão institucional do desenvolvimento: capacidade do Estado; instituições e valores e Capital social; Experiências comparadas de promoção do desenvolvimento; Exemplos clássicos. Tendências recentes no desenvolvimento: Novos casos de sucesso; Fatores recentes importantes para o desenvolvimento das nações; Desenvolvimento Regional e Políticas de desenvolvimento em Minas Gerais; Desenvolvimento Local.

Bibliografia Básica:

ACEMOGLU, Daron e Robinson, James. Por que as nações fracassam – as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Elsevier / Campos, 2012

CHANG, Ha Joon. Economia, modo de usar. São Paulo, Penguin, 2016

EVANS, Peter. Autonomia e Parceria – Estados e Transformação Industrial, Rio de Janeiro, UFRJ: 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha – vol1.2016.

GUIMARÃES, Alexandre (org). Políticas Públicas e Desenvolvimento em Minas Gerais. São Paulo: Appris, 2020 (forthcoming)

MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor – desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. São Paulo: Portfólio, 2014

Área Temática: Filosofia, Sociologia e Política

FILOSOFIA POLÍTICA: 45 horas/aula

Ementa:

A concepção da Política na modernidade e na contemporaneidade, vista a partir de seus principais pressupostos filosóficos e conceitos teóricos. As matrizes da tradição republicana moderna, e o contraponto com as tradições autoritárias. Tradições político-filosóficas do século XX. Correntes teóricas e temas da filosofia política contemporânea.

Bibliografia Básica:

AVRITZER. Dimensões Políticas da Justiça. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013

CONSTANT. A liberdade dos antigos comparada à dos modernos. São Paulo: Atlas, 2015

SANDEL, Michel. Utilitarismo: Justiça, o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL: 45 horas/aula

Ementa:

Formulações clássicas da ciência social brasileira. Discussão dos grandes modelos interpretativos que problematizam a formação e o desenvolvimento da sociedade e do Estado, com o intuito de oferecer ao aluno uma visão introdutória, informada e crítica, sobre os desafios atuais da sociedade brasileira.

Bibliografia Básica:

RICUPERO, Bernardo. “Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil”. São Paulo, Ed. Alameda, 2007

BOTELHO, André; Schwarcz, Lilia Moritz. (orgs.) “Um Enigma Chamado Brasil”. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2009.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012. 929 p.

SOCIOLOGIA: 45 horas/Aula

Ementa:

Conceitos básicos da sociologia – ordem, controle e coesão social, socialização, papéis, estratificação e desigualdade, ação e relação social, dominação, comunidade e sociedade, modernidade – a partir dos clássicos da sociologia. Reflexões sobre a necessidade da abordagem sociológica para o campo das políticas públicas. Análise da pobreza e da desigualdade como fenômeno social e objeto de análise da sociologia e como campo de ação para as políticas públicas.

Bibliografia Básica:

DURKHEIM, E. O que é fato social. In. As Regras do Método Sociológico. SP: Cia. Editora Nacional, 1987 (pp.01-11)

DURKHEIM, E. "Solidariedade mecânica" e "Solidariedade orgânica"; "Preponderância progressiva da solidariedade orgânica" (pp. 80-102), "Divisão do trabalho anômica" (pp.73-102) In: Rodrigues, (org.) Col. Grandes Cientistas Sociais. SP, Ática, 1984

MARX, K. Fundamentos da História. Coleção Grandes cientistas sociais

MARX, K. "Manifesto do Partido Comunista". Primeira parte. In: MARX e ENGELS, Obras Escolhidas, vol. 1. SP: Alfa-Ômega (pp.21-31)

MARX, K. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política In: Marx e Engels, Obras Escolhidas, vol. 1. SP: Alfa-Ômega (pp.300-303)

WEBER, M. "A Ascese e o Espírito do Capitalismo". In: A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Livraria Pioneira Ed. (pp.110-132).

SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES: 60 horas/aula

Ementa:

Inserção das organizações na sociedade moderna e as relações de poder no contexto organizacional. A diversidade das estruturas organizacionais e da relação da estrutura formal com as atividades práticas organizacionais. As relações entre organizações e ambiente social, com especial atenção para o modelo de análise institucional. As tendências mais recentes na teoria organizacional.

Bibliografia Básica:

MARCH, J. G. E SIMON, A. H. Teoria das organizações. Fundação Getúlio Vargas, 1975

BALCÃO, Yolanda Ferreira, CORDEIRO, Laerte Leite. O Comportamento Humano na Empresa. Fundação Getúlio Vargas

GARETH, Morgan. Imagens da Organização. Editora Atlas, 2009

TEORIA POLÍTICA: 45 horas/aula

Ementa:

Conceitos e métodos na ciência política. Teoria democrática contemporânea. Representação e participação. O papel das instituições no processo político. Sistemas eleitorais e partidários. Sistemas e formas de governo.

Bibliografia Básica:

AVELAR, Lúcia (Org.); Cintra, Antônio Octavio (Org.) Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung

NICOLAU, Jairo. Sistemas eleitorais. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012

WEBER, M. A política como vocação. In: _____. Ciência e Política — duas vocações. São Paulo: Cultrix, s/d.

POLÍTICA BRASILEIRA: 60 horas/aula

Ementa:

Os processos de formação do Estado e da sociedade brasileiros. A natureza das instituições políticas no Brasil e suas conexões com a dinâmica e as estruturas sociais. Relações entre estado, mercado e democracia. Inovações institucionais e participação política. Sistemas eleitorais e partidários no Brasil. As relações entre executivo, legislativo e judiciário no Brasil. Federalismo no Brasil.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, Marta T. S. Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Editora FGV; Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil, um longo caminho. Ed. Civilização Brasileira, 11ª ed. Rio de Janeiro, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando "Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

NUNES, Edson "A Gramática Política do Brasil, Rio De Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2003.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). Ed. Alfa Omega, São Paulo, 1976.

POLÍTICAS SOCIAIS: 60 horas/aula

Ementa:

A trajetória das políticas sociais no Brasil e no mundo. Estrutura e mudanças dos sistemas de proteção social. Marco legal, desenho institucional e pressupostos conceituais das políticas sociais. Agenda atual e principais desafios das políticas sociais no Brasil.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, Marta (org) Trajetórias das Desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos, São Paulo, Ed. UNESP, 2015.

BACHA, E.; SCHWARTZMAN, S. Brasil: a Nova Agenda Social Ed LTC, 2011

BIDERMAN, C. e AVARTE, Paulo. Economia do Setor Público no Brasil. São Paulo, Ed. Elsevier, 2005.

CARVALHO, José Murilo de Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014

DELGADO, Mauricio G. e PORTO, Lorena V. O Estado de Bem-estar social no século XXI, São Paulo Ed. LTr, 2007

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As Três Economias Políticas do Welfare State. Lua Nova, No.24, 1991

DESIGUALDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: 60 horas/aula

Ementa:

Classe, raça e gênero como vetores de desigualdade nas distintas abordagens das ciências sociais. Decolonialismo, racialismo e patriarcado. A historicidade do racismo e do patriarcado no Brasil e no mundo. Classe, raça e gênero, na constituição das desigualdades na sociedade brasileira. Constituição e arquitetura do mercado de trabalho e do sistema brasileiro de proteção social e suas interações com as hierarquias e dinâmicas das desigualdades. Os desafios da intersetorialidade, interseccionalidade e da transversalidade de gênero e raça no campo das políticas públicas.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

ARRETCHE, Marta. (0rg.). Trajetória das Desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP; CEM, 2015.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luís Felipe. Feminismo e política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe.São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. The incomplete revolution: Adapting Welfare-States to Women's New Roles. Cambridge: Polity Press. 2008.

HASENBALG, C."Estrutura de classes, estratificação social e raça", in Discriminação e desigualdades raciais no Brasil, cap.III, SãoPaulo, ed. Humanitas, 2005

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. HUCITEC, São Paulo, 2018.

ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO: 30 horas/aula

Ementa:

Desenvolvimento histórico do conceito de ética. Determinismo e liberdade de escolha. Ética nos setores privado e no público. Dilemas éticos na esfera pública e as diferentes tradições filosóficas. Princípios constitucionais brasileiros da ética pública. Instituições, corrupção e controle público. Transparência e democracia

Bibliografia Básica:

BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MARCONDES, D. Textos básicos de ética: de Platão à Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

TÁMES, C. A. S.; PRAQDO, L. C. Ética na Administração Pública: Teoria e Questões. Campus, 2002.

Área Temática: Fundamentos Quantitativos

MATEMÁTICA: 60 horas/aula

Ementa:

Funções: conceitos e definições básicas. Funções exponenciais e logarítmicas. Regras para diferenciação. Funções compostas e a regra da cadeia. Derivadas parciais. Otimização (máximos e mínimos). Otimização com restrição. Integrais e o teorema fundamental do cálculo.

Bibliografia Básica:

MORETTIN, Pedro, HAZZAN, Samuel, BUSSAB, Wilton. Cálculo funções de uma e várias variáveis. São Paulo: Saraiva, 2003.

SIMON, Carl P., BLUME, Lawrence. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004

CHIANG, Alpha. Matemática para economistas. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

MATEMÁTICA FINANCEIRA: 30 horas/Aula

Ementa:

Sistemas de capitalização simples e composta. Desconto e valor presente. Taxas de juros nominais e reais. Rendas constantes na capitalização composta. Amortização de empréstimos. Técnicas de análise de investimentos.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

VIEIRA SOBRINHO, José Dultra. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DE DADOS: 30 horas/aula

Ementa:

Fundamentos da ciência de dados. A Ciência de Dados e as Organizações Públicas: Aplicações, problemas e soluções. Estratégia baseada em Dados. Tipos de dados, ferramentas de gestão e análise de dados. Big Data. Etapas de um projeto: preparação dos dados, análise exploratória, modelagem e comunicação dos resultados. Transparência e replicabilidade: Dados e códigos abertos. Proteção de dados, privacidade e questões éticas em algoritmos.

Bibliografia básica:

AMARAL, Fernando. Introdução à ciência de dados. Rio de Janeiro. Alta Books Editora. 2018.

DONOHO, D.L. (2017). 50 years of data science. Journal of Computational and Graphical Statistics, 26, 745-766.

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Big Data: o futuro dos dados e aplicações. Saraiva Educação S.A. 2018

MAYER-SHONBERGER, Victor e CUKIER, Kenneth. Big Data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana. Elsevier Brasil, 2014.

TRIOLA, Mário F. Introdução a estatística. 11ª Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2013.´

WICKHAM. H e GROLEMUND, G. R Para Data Science: Importe, arrume, transforme, visualize e modele dados. Rio de Janeiro - Alta Books. 2019. Traduzido por Samantha Batista.

ESTATÍSTICA: 60 horas/aula

Ementa:

Análise exploratória de dados (AED): Medidas de tendência central: Medidas de tendência central, dispersão e assimetria. Correlação e análise de regressão. Introdução à probabilidade. Distribuições mais utilizadas. Inferência e testes de hipóteses. Inferência na regressão. Introdução a amostragem.

Bibliografia Básica:

DOANE, David P. SEWARD, Lori E. Estatística Aplicada à Administração e Economia. Quarta Edição. Artmed, 2014

MOORE, David S. A estatística básica e sua prática. Rio de Janeiro, LTC, 2014.

TRIOLA, Mário F. Introdução a estatística. 11ª Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2013.

MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À GESTÃO PÚBLICA: 60 horas/aula

Ementa:

Construção e interpretação de números-índices. Metodologias para a criação de indicadores sociais e econômicos na realização de diagnósticos e na definição de prioridades de política. Bases de dados e fontes de informação para a pesquisa social e econômica no Brasil. Os Registros Administrativos do Governo.

Bibliografia Básica:

TOLEDO, Geraldo L e Ovalle, Ivo I. Estatística Básica. 2ª Edição, Editor Atlas, São Paulo, 2010.

JANNUZZI, Paulo de M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Alínea Editora, Campinas, SP, 2001.

TRIOLA, Mário F. Introdução a estatística. 11ª Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2013.

Área Temática: Gestão Pública

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 60 horas/Aula

Ementa:

A história do pensamento sobre administração pública. Grandes temas do pensamento sobre administração pública. Modelos de gestão pública: a crise do modelo burocrático; a New Public Management e o gerencialismo: (princípios e propostas); Paradigmas pós NPM e o debate contemporâneo (gestão de valor público, governança na era digital e nova governança pública). Administração pública brasileira: história, reformas e elementos determinantes (federalismo). Reforma administrativa em perspectiva comparada: Brasil e Minas Gerais; Experiências internacionais.

Bibliografia Básica:

L.C. Bresser e SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Brasília: ENAP, 1995

PAULA, A.P.P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. São Paulo: FGV Editora, 2005.p.135-151.

LOUREIRO, Maria Rita (org); ABRUCIO, Fernando Luiz (org); PACHECO, Regina Silvia (org). Burocracia e Política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2010

POLÍTICAS PÚBLICAS: 60 horas/aula

Ementa:

As políticas públicas e a relação entre ação governamental e processos políticos. Teorias, conceitos e modelos de análise de políticas públicas. O ciclo de políticas, suas fases e desafios práticos. O papel de atores e redes, instituições e regras, instrumentos e ideias nas políticas públicas. Agenda e formulação de alternativas. Abordagens de implementação e o papel das burocracias de rua. Políticas públicas baseadas em evidências e a avaliação.

Bibliografia Básica:

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Formulação de Políticas. Brasília: Enap, 2018

LOTTA, Gabriela (orgs). Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019.

RUA, M. G. Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos. Washington, Indes/BID, 1997.

PLANEJAMENTO DE GOVERNO: 60 horas/aula

Ementa:

Conceitos básicos. Gênese do planejamento na esfera pública e trajetória do planejamento governamental no Brasil. Principais metodologias e instrumentos de Planejamento. Planejamento estratégico no setor público. Experiências recentes de planejamento. A centralidade dos Planos Plurianuais no atual modelo de planejamento brasileiro: avanços e desafios. Relação do Plano Plurianual de Ação com o planejamento de longo prazo.

Bibliografia Básica:

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Planejamento Estratégico Governamental no Brasil: Autoritarismo e Democracia (1930-2016). 1 ed. Curitiba: Appris, 2019

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Planejamento governamental: foco nas póliticas públicas e nos indicadores sociais. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Construindo o planejamento público: buscando a integração entre política, gestão e participação popular. São Paulo: Atlas, 2013

PALUDO, Augustinho Vicente. Planejamento Governamental: referencial teórico, conceitual e prático. São Paulo. Atlas, 2011.

MINTZBERG, Henry. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. 4 ed. Porto Alegre. Bookman, 2006.

REGULAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: 45 horas/aula

Ementa:

Avanços teóricos recentes e novas visões acerca do papel do Estado na economia, na produção de serviços de utilidade pública, nas empresas públicas e das atividades regulatórias. Novo institucionalismo econômico e teoria econômica dos contratos. Agências reguladoras, desregulamentação, privatização e modelos regulatórios alternativos. Inovações no setor público.

Bibliografia Básica:

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (orgs.) Economia do Setor Público. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004

GONÇALVES, Ricardo M. P. A captura regulatória: Uma abordagem introdutória. CEDIPRE Online no.25. Coimbra, Faculdade de direito da Universidade de Coimbra, set/2014. Disponível em: http://www.fd.uc.pt/cedipre/publicacoes/online/public_25.pdf

HART, O. Incomplete Contracts and Public Ownership: Remarks and na Application to Public-Private Partnerships. In The Economic Journal, Vol.113, No. 486. mar/2003. Disponível em: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0297.00119/abstract

MATTOS, Paulo (org.) Regulação econômica e democracia: O debate norte-americano. São Paulo, Ed. Singular, 2006.

NEPAL, R.; JAMASB, T. Caught between theory and practice: Government, market, and regulatory failure in electricity sector reforms. Economic analysis and policy, vol.46, jun/2015. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0313592615000090

RAMALHO, Pedro Ivo Sebba (org.) Regulação e agências reguladoras: Governança e análise de impacto regulatório. Brasília, ANVISA, 2009. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/regulacao.pdf

VARIAN, Hal, Microeconomia: Princípios básicos. Rio de janeiro, Elsevier, 2003.

GESTÃO MUNICIPAL: 60 horas/aula

Ementa:

Teorias municipalistas e os novos papéis dos governos locais e ampliação das agendas locais. Relações intergovernamentais no federalismo brasileiro: descentralização, cooperação vertical e horizontal, competição. Competências e atribuições municipais. Inovações na política local. Perfil dos municípios brasileiros. Instrumentos de Gestão municipal: gestão financeira, administrativa, taxação e planejamento. Políticas Urbanas e ambientais: marcos legais e instrumentos de ação.

Bibliografia Básica:

LUCAS, L. P.V. Qualidades: poder local e qualidade na administração pública. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006, 232 p

Rezende, João Batista. Administração pública em municípios de pequeno porte do sul de Minas Gerais: velhas questões, modernas leis e práticas patrimonialistas. Disponível em http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2976/1/TESE_Administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20em%20munic%C3%ADpios%20de%20pequeno%20porte%20do%20Sul%20de%20Minas%20Gerais.pdf> Acesso em: 21 out. 2020

CARVALHO, A. X. Y.; ALBUQUERQUE, C. W. Dinâmica dos municípios. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5580. Acesso em: Acesso em: 21 out. 2020

VELOSO, J. F. A.; MONASTÉRIO, L. M.; VIEIRA, R. S.; MIRANDA, R. B. (Orgs) Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras. Brasília, 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10200. Acesso em: 21 out. 2020.

FAHEL, M. e NEVES, J.A. Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil. BH: PUC-Minas, 2007

PAES DE PAULA, A. P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.

DESENHO E AVALIAÇÃO SOCIAL DE PROJETOS: 45 horas/aula

Ementa:

Desenho e formulação de programas. A importância do monitoramento e da avaliação (M&A) na gestão pública e sua localização no ciclo das políticas. Gestão e institucionalização do M&A no setor público, seus desafios, constrangimentos e potenciais. Tipos de avaliação, conceitos, métodos e ferramentas úteis para o campo das políticas públicas. Diretrizes contemporâneas do campo de M&A.

Bibliografia Básica:

COHEN, Ernesto. Avaliação de projetos sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 312 p.

FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2007. 424 p.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 396 p.

RABECHINI JÚNIOR, Roque; CARVALHO Marly Monteiro de. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2015. 482 p.

GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO: 30 horas/aula

Ementa:

Avanços e desafios da gestão pública no estado contemporâneo. Propostas de melhoria introduzidas e novo formato de Estado. Democracia, participação, representação e accountability. Federalismo, coordenação e cooperação intergovernamental, em especial a horizontal. Intersetorialidade. Parcerias, redes e participação da sociedade. Nova governança no setor público, o papel da burocracia, novos formatos organizacionais. Capacidades Estatais e novos formatos de contratualização de resultados.

Bibliografia Básica:

L.C. Bresser e SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados: quando o estado se compromete. Tradução: Maria Luiza de Carvalho. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Enap. 2010

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2005.

PROJETO APLICADO I: 30 horas/aula

Ementa:

Processo de conhecimento a partir da experiência prática, nos moldes da aprendizagem experiencial. Vivência orientada em programas e políticas públicas de estado, a partir da qual serão articulados conteúdos das diferentes disciplinas aprendidas nos 1º e 2º períodos, em chave transversal. Foco na observação e no relato participante.

Bibliografia Básica:

Definida conforme o conteúdo ofertado (Identificada semestralmente no Plano de Ensino da disciplina).

PROJETO APLICADO II: 30 horas/aula

Ementa:

Processo de conhecimento a partir da experiência prática, nos moldes da aprendizagem experiencial. Vivência orientada em programas e políticas públicas de estado, a partir da qual serão articulados conteúdos das diferentes disciplinas aprendidas até o 4º período, em chave transversal. Foco nas metodologias ágeis de inovação em políticas públicas, considerando a experiência do usuário.

Bibliografia Básica:

Definida conforme o conteúdo ofertado (Identificada semestralmente no Plano de Ensino da disciplina).

PROJETO APLICADO III: 30 horas/aula

Ementa:

Processo de conhecimento a partir da experiência prática, nos moldes da aprendizagem experiencial. Vivência orientada em programas e políticas públicas de estado, a partir da qual serão articulados conteúdos das diferentes disciplinas aprendidas até o 6º período, em chave transversal. Foco na proposta de soluções de políticas públicas orientada por problemas.

Bibliografia Básica:

Definida conforme o conteúdo ofertado (Identificada semestralmente no Plano de Ensino da disciplina).

Área Temática: Metodologia

METODOLOGIA CIENTÍFICA: 60 horas/aula

Ementa:

A natureza do conhecimento científico. Indutivismo, falsificacionismo e critério de demarcação. Teoria e empiria na produção do conhecimento científico. Noções de normalização. Principais elementos do desenho de pesquisa científica: problemas, variáveis e hipóteses. A relação entre variáveis. Mensuração e operacionalização. Estratégias de pesquisa social e econômica.

Bibliografia Básica:

CHALMERS, A. F. O que e ciência, afinal?. São Paulo: Brasiliense, 1993. 225 p;. ISBN 8511120610.

LAVILLE, Christian. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 340 p. : il; . Inclui biliografia. ISBN 9788573074892.

BOOTH, Wayne C. A arte da pesquisa. 2.ed São Paulo: Martins Fontes, 2008. 351 p. : il; . (Ferramentas). ISBN 8533621574.

BABBIE, Earl R. Métodos de pesquisas de Survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 519 p. : il;. (Aprender; 19, 19). Inclui bibliografia e índice. ISBN 8570411758

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Joice Elias Costa. 3.ed Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p; Inclui bibliografia, índice onomástico e índice temático. ISBN 978-85-363-1711-3.

BECKER, Howard s. Métodos de pesquisa em ciências sociais. Marco Estevão, Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1993. 178p; . ISBN 85-271-0222-6.

BESSON, Jean Louis. A ilusão das Estatísticas. Editora Unesp, 2010

METODOLOGIA DE PESQUISA: 60 horas/aula

Ementa:

Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais. Investigação no campo das organizações e no setor público. Técnicas de coleta e análise de dados. Elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

HAIR, Jr. Joseph F. et alli. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Área Temática: Orçamento e Finanças

INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE: 30 horas/aula

Ementa:

Conceito, objeto, objetivo fundamental e finalidade da contabilidade; a informação contábil e suas características básicas; A contabilidade como ferramenta para tomada de decisão;

Conversão as Normas Internacionais de Contabilidade; Contabilidade Gerencial X Financeira; Princípios Contábeis. Estática patrimonial: conceituação do patrimônio sob a ótica contábil e seus elementos constitutivos; configurações patrimoniais; equação fundamental. Dinâmica patrimonial: fatos contábeis e sua classificação: variações patrimoniais. Livros contábeis: Razão e Diário. Registros contábeis básicos: conta, sua conceituação, natureza, função e classificação; Plano de contas; Registros contábeis pelo método das partidas dobradas; Balancete de verificação; apuração de resultado. Balanço Patrimonial (elaboração) e outros demonstrativos contábeis. Depreciação, amortização e exaustão. Análise econômica de empresas.

Bibliografia Básica:

LDICIBUS, S.; MARION, J.C. Contabilidade comercial: atualizado conforme lei n.11635/07 e MP n.449/08. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica fácil. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIBEIRO, O.M. Contabilidade fundamental: atualizado conforme as Leis n.11.638/2007 e n.11.941/2009 e NBCS TGS convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade IFRS. 4 ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: 60 horas/aula

Ementa:

Classificações Gerais; Receitas e despesas; Planejamento e Orçamentação; O Processo orçamentário público; A elaboração e execução do orçamento; Controle da execução do orçamento. Processo orçamentário em Minas Gerais.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. Atlas, São Paulo, 16ª ed., 2012.

MARTINS DA SILVA, LINO. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. Atlas, São Paulo.

CONTABILIDADE PÚBLICA: 60 horas/aula

Ementa:

Contabilidade Pública: conceito importância, objetivos, campo de aplicação, requisitos fundamentais e características. O novo contexto da Contabilidade Pública e a conversão às normas internacionais; Princípios contábeis aplicados à administração pública; Atos administrativos e fatos contábeis na administração pública. Ordenador de despesas. Patrimônio público sob a ótica da contabilidade pública: conceito e classificação; aspectos qualitativo e quantitativo; variações patrimoniais no setor público; depreciação, amortização e exaustão no setor público. Exercício financeiro e regime contábil na administração pública para as receitas e despesas públicas; regime orçamentário e regime patrimonial. Sistema de informações contábeis na administração pública: subsistema orçamentário; subsistema patrimonial; subsistema de compensação; subsistema de custos. Registros contábeis: plano de contas e sua estruturação; procedimentos para registro das receitas e despesas públicas e de fatos contábeis na administração pública; balancetes de verificação. Operações e registros para encerramento de exercício e apuração do resultado. Balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e outros demonstrativos contábeis na administração pública. Indicadores de Desempenho nas demonstrações públicas.

Bibliografia Básica:

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 13. ed. - São Paulo: Atlas, 2013.

SLONSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSAS B/ifac/cfc. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013

Cruz, Flávio da; CICCARI JUNIOR, Adalto. Lei de responsabilidade fiscal comentada. São Paulo: Atlas, 2011.

FINANÇAS PÚBLICAS: 60 horas/aula

Ementa:

Problemas envolvidos na gestão das finanças públicas. Estado e produção de bens públicos, financiamento das atividades governamentais (instrumentos da política fiscal, dívida pública, déficit e financiamento); federalismo fiscal e relações intergovernamentais. Tributação.

Bibliografia Básica:

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

GIAMBIAGI, F. e ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap. 21

10.2. DISCIPLINAS OPTATIVAS

LIBRAS: 30 horas/aula

Ementa:

Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conceituação e Fundamentos históricos da educação inclusiva de surdos. Legislação Específica. Aspectos Linguísticos da LIBRA; Práticas e Técnicas de LIBRAS Básica e desenvolvimento da expressão visual-espacial.

Bibliografia básica:

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras I. (DVD) LSBVídeo: Rio de janeiro, 2006.

QUADROS, R. M. O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Linguísticos: a língua de sinais brasileira. Editora ArrMed:Porto Alegre, 2004

TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I: DEMOCRACIA, ESTADO E INSTITUIÇÕES

30 horas/aula

Ementa:

Conteúdo variável, sobre temas contemporâneos relacionados à Administração Pública, mais especificamente à trilha de Democracia Estado e Instituições.

Bibliografia Básica:

Definida conforme o conteúdo ofertado.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II: LIDERANÇA TRANSFORMADORA E GESTÃO GOVERNAMENTAL 30 horas/aula

Ementa:

Conteúdo variável, sobre temas contemporâneos relacionados à Administração Pública, mais especificamente à trilha de Liderança Transformadora e Gestão Governamental.

Bibliografia Básica:

Definida conforme o conteúdo ofertado.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA III: DADOS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 30 horas/aula

Ementa:

Conteúdo variável, sobre temas contemporâneos relacionados à Administração Pública, mais especificamente à trilha de Dados, Monitoramento e Avaliação.

Bibliografia Básica:

Definida conforme o conteúdo ofertado.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA IV: ANÁLISE E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 30 horas/aula

Ementa:

Conteúdo variável, sobre temas contemporâneos relacionados à trilha de Análise e Gestão Políticas Públicas.

Bibliografia Básica:

Definida conforme o conteúdo ofertado.

11. CORPO DOCENTE

Ágnez de Lélis Saraiva

Titulação: Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em História e Cultura de Minas pela Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente há 34 anos nos ensinos fundamental e médio. E dez anos no ensino superior. Atualmente ocupa o cargo de Pesquisador em Ciência e Tecnologia da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/6097836630485843

Alexandre Queiroz Guimarães

Titulação: Doutor em Ciência Política – Sheffield University. Mestre em Economia – UFRJ. Graduado em Ciências Econômicas: UFMG.

Experiência Acadêmica e Profissional: Minhas principais áreas de estudo e trabalho são: Economia Política comparada e Desenvolvimento Econômico e Social. Na primeira área, trabalho a relação entre economia, política e instituições, procurando entender as diferenças entre os modelos de capitalismo e os desafios ao desenvolvimento dos países da América Latina. Outra questão central é entender as decisões de política econômica – perguntando como fatores político-institucionais impedem que as políticas mais apropriadas sejam adotadas.

Na segunda área, tenho me voltado principalmente para o estudo da política industrial e das políticas necessárias para o desenvolvimento em Minas Gerais. Em 2014, organizei o livro Ideias em Desenvolvimento – políticas para a promoção do avanço econômico em Minas Gerais. Em 2015, fui Visiting Scholar do Center of Development Studies da Universidade de Cambridge. Em 2016-2017, fui um dos coordenadores do Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Em 2020, estou concluindo a organização do livro Políticas Públicas e Desenvolvimento em Minas Gerais, que conta com a contribuição de importantes pesquisadores da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/8850956320615888

Ana Luiza Gomes de Araújo

Titulação: Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG, pós graduada em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica. Possui graduação em Direito pela Faculdade Milton Campos e graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Participou da 5ª edição do Curso de Alta Direção em Administração Pública, em sua versão internacional, em Oeiras, Portugal.

Experiência Acadêmica e Profissional: É servidora pública e está em exercício na Fundação João Pinheiro, onde exerce a Coordenação do Colegiado dos Cursos de Especialização.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/9037686327946923

Ana Paula Salej

Titulação: Doutora e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Realizou estágio pós-doutoral na École Nacional d' Administration - ENA em Estrasburgo, na França, onde fez também mestrado profissional em Administração e Finanças Públicas, na Université de Strasbourg. Cursou MBA em gestão promovido pela Fundação Dom Cabral e a Universidade de British Columbia (Canadá). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduação em Administração (Habilitação Comércio Exterior) pela UNA - Faculdade de Ciências Gerenciais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1993. Atualmente é pesquisadora e professora da Fundação João Pinheiro coordenadora da área de assessoria em gestão pública da Diretoria de Políticas Públicas da FJP e membro do grupo de pesquisa Estado, Gênero e Diversidade. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: administração pública, igualdade e gênero e políticas sociais.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/2605280249287773

Aparecida Maciel da Silva Shikida

Titulação: Doutora em Ciências da Informação, mestre em Ciências da Informação e graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora na Fundação João Pinheiro, Professora na Escola de Governo/FJP e Academia dos Bombeiros Militares de Minas Gerais.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/0025606085859992

Bárbara Barbosa Dias dos Anjos

Titulação: Especialista em Gestão Pública Municipal, pela UFSJ; Especialista em Gestão de Pessoas, pela UEMG; Especialista em Gestão Estratégia, pela FJP; Graduada em Direito, pela Universidade FUMEC; e Graduada em Administração Pública, pela FJP.

Experiência Acadêmica e Profissional: Ocupa o cargo efetivo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2010, atualmente em exercício na Escola de Governo da FJP. Docente desde 2020.

Vínculo com a Instituição: tempo integral sem dedicação exclusiva.

Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Titulação: Doutor em Sociologia e Política, mestre em Sociologia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1995; Docente no Ensino Superior desde 1995.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/2084604177044476

Camila Barbosa Neves

Titulação: Master in Public Administration pela Queen Mary, University of London (Chevening Scholarship)

Experiência Acadêmica e Profissional: Mestre em Administração Pública pela Queen Mary, University of London. Também possui mestrado em liderança e gestão pública pelo Centro de

Lideranças Públicas. Especialista em politicas publicas e gestão do Governo do Estado de Minas Gerais atuando como Diretora de Contratualização e Gestão da Informação.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: http://lattes.cnpq.br/7763115927295055

Carla Bronzo Ladeira Carneiro

Titulação: Doutora em Sociologia e Política, mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora da Fundação João Pinheiro desde 1997; Docente no Ensino Superior desde 1995.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/2040877413046909

Carla Cristina Aguilar de Souza

Titulação: Doutora e mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro desde 2009, atua na Diretoria de Estatística e Informação.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/1249671272324886 49

Carolina Portugal Gonçalves da Motta

Titulação: Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é pesquisadora em ciência e tecnologia da Fundação João Pinheiro. Tem experiência na área de Demografia, com ênfase em Política Pública e População, atuando principalmente nos seguintes temas: habitação, politicas urbanas (habitação, mobilidade e saneamento), políticas culturais e de saúde, desigualdades sociais.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/8935836985881838

Cláudia Beatriz Machado Monteiro de Lima Nicácio

Titulação: Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui especialização em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduação em Psicologia pela FUMEC.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1997. Pesquisadora e Coordenadora de Cursos da Escola de Governo da FJP. Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, emprego e trabalho, gestão de pessoas e comportamento organizacional.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/9936472027501720

Cláudio Burian Wanderley

Titulação: Doutor em Teoria Econômica pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo e graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro e professor do departamento de Economia da PUC Minas desde 1994; Docente no Ensino Superior desde 1992. Trabalha basicamente nas áreas de avaliação de impacto de políticas públicas, estudo de cadeias produtivas, desenvolvimento regional, regulação, cultura, esportes e economia criativa.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/8883271568242398

David Salim Santos Hosni

Titulação: Doutorando e Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Assessor do Gabinete da Advocacia-Geral do Estado. Assistente de gabinete no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: http://lattes.cnpq.br/9360029192526183

Eduardo Cerqueira Batitucci

Titulação: Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente no Ensino Superior desde 1992 e Pesquisador na Fundação João Pinheiro desde 1994. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Crime, da Violência e das Instituições do Sistema de Justiça Criminal, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança pública, políticas públicas, criminalidade, polícia, e funcionamento do Sistema de Justiça Criminal.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/9562452176702956

Frederico Poley Martins Ferreira

Titulação: Pós-doutor em Políticas Publicas University of Sheffield UK, doutor em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Ex-coordenador do curso de mestrado, Ex-diretor do Centro de Estatística. É pesquisador da Diretoria de Estatística e Informações e professor do Mestrado em Administração Pública da FJP.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/1448397981510363

Glauber Flaviano Silveira

Titulação: Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa, especialista em Economia Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em Ciência e Tecnologia pela Fundação João Pinheiro; Professor de graduação (Microeconomia, Macroeconomia e Economia Monetária) e pós-graduação (Global MBA Business Management) no Instituto Brasileiro de

Mercado de Capitais (IBMEC). Professor de graduação (Matemática Financeira) e capacitação (Excel) na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (EG).

Vinculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/9303058581414782

Isabella Virginia Freire Biondini

Titulação: Mestre em Administração Pública - Gestão Econômica pela Fundação João, Pinheiro, especialista em gerenciamento de projetos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e bacharel em Direito pela UFMG.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em políticas públicas e gestão governamental da Fundação João Pinheiro, coordenadora do EaD, atua em pesquisas da área de finanças públicas. Docente desde 2008.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/3901807608809520

Juliana Lucena Ruas Riani

Titulação: Doutora e mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, graduada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é pesquisador em ciência e tecnologia da Fundação João Pinheiro. Tem experiência na área de economia e demografia, com ênfase em educação, indicadores sociais e desigualdade.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/9989788828773610

Kamila Pagel de Oliveira

Titulação: Doutora e mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2007. Foi subcoordenadora e coordenadora do Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. É assessora em

projetos de desenvolvimento de pessoas da EG/FJP, atuando na coordenação de programas de liderança e gestão. Áreas de interesse: Gestão de Pessoas, Gestão de Projetos e Administração Pública.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/3216062751491834

Karina Rabelo Leite Marinho

Titulação: Doutora em Sociologia e Ciências Humanas pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio de doutorado realizado na Universidade de Lille 1, França. Mestrado em Sociologia e graduada em Ciência Sociais também pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é Pesquisadora em Ciência e Tecnologia na Fundação João Pinheiro e integra o Núcleo de Estudos em Segurança Pública. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia das Organizações, Análise de Políticas Públicas e Sociologia da Criminalidade e Violência.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/9188261003903587 52

Lara Farah Valadares

Titulação: Doutoranda em Administração Pública e Governo, pela Fundação Getúlio Vargas e Mestre em Administração e Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administración Pública do Governo Espanhol. Possui graduação em Administração Pública pela Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, FJP e em Direito pela UFMG.

Experiência acadêmica e profissional: Servidora da Carreira Governamental de EPPGG de Minas Gerais atuou como Superintendente de Redes de Atenção à Saúde e Diretora de Estrutura de Atenção Primária à Saúde. No Sistema de Desenvolvimento Social foi Coordenadora do Projeto Usina do Trabalho, Diretora de Ensino a Distância, na Fundação Utramig, Gerente do Programa Estruturador Melhor Emprego, do Projeto Estratégico Rede Mineira do Trabalho, e Superintendente de Política de Trabalho e Emprego. Foi ainda Presidenta do Sindicato dos EPPGGs de Minas Gerais. Lecionou no MBA de Gestão Pública do Centro Universitário Una. Coordenou a produção do Compêndio, Estado de Ideias, que

ganhou o Prêmio de Primeiro Melhor Trabalho da IX Edição do Prêmio Lice, em 2016, ganhou novamente o Prêmio de Primeiro Melhor Trabalho na X Edição do Prêmio.

Vínculo com a instituição: Professora horista

Currículo: http://lattes.cnpq.br/7512627863955118

Luíza Viana Melo

Titulação: Mestre em Administração Pública pela FJP e Bacharel em Direito pela UFMG.

Experiência acadêmica e profissional: Especialista em Política e Gestão da Saúde da SES/MG com atuação no Núcleo de Atendimento à Judicialização da Saúde de agosto de 2015 a outubro de 2019; servidora atualmente cedida à Fundação Hemominas, setor de Contratos e Convênios, de outubro de 2019 até o presente); professora convidada no âmbito da graduação em Administração Pública da FJP, disciplina de Introdução ao Direito (2020).

Vínculo com a instituição: professora convidada da disciplina de Introdução ao Direito, curso de Administração Pública (CSAP), 1º Período.

Link do currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/6729405412099176

Marco Paulo Vianna Franco

Titulação: Doutor em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em ciências aplicadas e políticas públicas da Fundação João Pinheiro desde 2015.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/2389776951720448

Marcos Arcanjo de Assis

Titulação: Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro; Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Assessor-chefe e pesquisador da Diretoria de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro, professor da Escola de governo. Atua como docente do

campo de análise de políticas públicas, monitoramento e avaliação, política da assistência social, gerenciamento de projetos.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/1802441347513803

Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz

Titulação: Doutor, mestre e graduado em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado Sanduíche na American University, Washington, Estados Unidos. Pós-Doutorado no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1993 e atua como Pesquisador da Fundação João Pinheiro, sendo membro do Núcleo de Estudos em Segurança Pública. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Política e Planejamento Governamentais e Gestão de Organizações Complexas.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/3678172153181366

Maria Isabel Araújo Rodrigues

Titulação: Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro e especialista em Auditoria e Controle pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Possui graduação em Direito pela Fundação Mineira de Educação e Cultura e graduação em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 1998 e servidora da Fundação João Pinheiro desde 2005; coordenou o curso de Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro de julho de 2007 a junho de 2018. Atualmente é Diretora Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/5334432281936225

Mauro César da Silveira

Titulação: Doutor em Administração de Empresas e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Administração pela Faculdade Machado Sobrinho e em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2006. Docente no Ensino Superior desde 2002.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/5117682231041638

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Titulação: Doutoranda em Administração pela UFMG, Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, graduada em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Possui pós graduação em Direito da Economia e da Empresa e em Gestão Estratégica de Pessoas, ambas pela Fundação Getúlio Vargas.

Experiência Acadêmica e Profissional: É servidora efetiva do Governo de Minas Gerais desde 1994 e ocupa o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo de Minas Gerais desde 1999. Ocupou vários cargos de Direção e Assessoramento nas áreas de planejamento estratégico e recursos humanos. Atualmente, ocupa a vice presidência da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/4624853031994419

Nícia Raies Moreira de Souza

Titulação: Doutora e mestre em Sociologia e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro desde 1994. Atua na área dos estudos de estratificação social, mercado de trabalho, juventude e gênero. Tem experiência na montagem e gestão de pesquisas domiciliares e análise de dados.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/1095632798215165

Raimundo de Sousa Leal Filho

Titulação: Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1994 e atualmente ocupa o cargo de Pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro. Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/4176384445275118

Raphaella Aragão Vieira

Titulação: Mestre em Administração pela UFMG e pós-graduada em Empreendedorismo, Marketing e Finanças pela PUC Minas. Possui graduações em Sistemas de Informação e em Administração, ambas pela PUC Minas.

Experiência Acadêmica e Profissional: Trabalha como Gestora em Ciência e Tecnologia na Coordenação do Csap, na Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/4376806381324364

Reinaldo Carvalho de Morais

Titulação: Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Pós-graduado em Gestão Financeira pela Faculdade Pitágoras. Graduado em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Fundação João Pinheiro onde trabalha com pesquisas sobre Finanças Públicas e Economia Mineira.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/1205599866885208

Renato Somberg Pfeffer

Titulação: Doutor em Filosofia, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Complutense de Madrid, mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós graduado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte e em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é pesquisador da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/2036877945969773

Renato Vale Santos

Titulação: Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Newton Paiva.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é pesquisador em ciência e tecnologia da Fundação João Pinheiro e professor da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, com ênfase em Estatística.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/2700449363826495

Ricardo Carneiro

Titulação: Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política e mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Matemática pela mesma instituição.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1979; Docente no Ensino Superior desde 1985.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/6739881018308220

Rodrigo Diniz Lara

Titulação: Graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2004), especialização em Gestão Estratégica da Informação pela UFMG (2008) e mestre em Administração pela UFMG (2014) na área de gestão de relacionamento com o cidadão.

Experiência Acadêmica e Profissional: servidor público da carreira de Especialista em Políticas Públicas em Gestão Governamental com mais 15 anos de experiência na área de governo digital. Atualmente exerce o cargo de Subsecretário de Governança Eletrônica e Serviços do governo mineiro. Gestor de projetos como a implantação do Processo Eletrônico Mineiro, aplicativo MG App e a implantação do Minas Comunica II que levou sinal de telefonia celular para mais de 700 distritos atendendo uma população superior a 1 milhão de habitantes. Integrante do Grupo de Transformação Digital criado pelo Consad e Abep-TIC considerado pela Plataforma Apolitical como o melhor time do mundo no ano de 2019 na área de digitalização de serviços públicos. Professor da disciplina de Sistemas de Informação e Governança Eletrônica.

Vínculo com a Instituição: Professor horista

Currículo: http://lattes.cnpq.br/6056613408011335

Rosânia Rodrigues de Sousa

Titulação: Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília, mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduação em Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador pleno da Fundação João Pinheiro. Gerente de Ensino e Pesquisa da Escola de Governo desde 2011.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/6990850876347831

Sílvio Ferreira Júnior

Titulação: Doutorado e Mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa e Graduado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa.

Experiência Acadêmica e Profissional: É pesquisador em ciência e tecnologia e professor na Escola de Governo da FJP. Realiza pesquisas e tem publicações científicas nas áreas da "Economia do Setor Público", "Finanças Públicas", "Economia da Saúde" e "Economia do Agronegócio".

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/7789533222493903

Simone Cristina Dufloth

Titulação: Doutora em Ciência da Informação e mestre em Ciências e Técnicas Nucleares pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Administração de Empresas pelo Centro Universitário UNA e em Engenharia Elétrica - Sistemas Eletrônicos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora da Fundação João Pinheiro desde 1994; Docente no Ensino Superior desde 1992.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: http://lattes.cnpq.br/6166815079725368

Thiago Bernardo Borges

Titulação: Mestre em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais, graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional Atualmente Assessor de Desestatização do governo de Minas Gerais, foi professor no Grupo IBMEC-MG e professor substituto na UFMG. Atuou como Diretor Executivo de Planejamento, Gestão e Finanças na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e coordenador dos projetos CodeLife e DataViva. Também foi assessor e gerente de projetos na Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo. Foi Empreendedor Público com a função de desenvolver metodologias para avaliação de projetos. Trabalhou na Fundação João Pinheiro como coordenador do PRODEV, programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para Gestão para Resultados. Foi Gerente de projetos e assessor de diretor na Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Tem experiência nas áreas de Contabilidade e Administração, com ênfase em Contabilidade e Administração Pública.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: http://lattes.cnpq.br/1576048646080968

Thiago Rafael Corrêa de Almeida:

Titulação: graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, pós graduação em Estatística pela UFMG e mestrado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.
Experiência acadêmica e profissional: é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) atuando na Diretoria de Estatística e Informações (DIREI) da Fundação João Pinheiro no núcleo de Contas Regionais. É membro do comitê técnico pela Fundação João Pinheiro junto ao IBGE, responsável pela uniformização e padronização do sistema de cálculo do PIB (Produto Interno Bruto) regional e PIB dos municípios. Possui conhecimento na área econômica sobre a estrutura produtiva de Minas Gerais (sobretudo do setor agropecuário) e participa de estudos setoriais e da dinâmica regional. Participa integralmente no processamento e na sistematização de bases de dados atinentes ao Sistema de Contas Trimestrais de Minas Gerais (SCT-MG), em análises econômicas como boletins de conjuntura e em estudos estruturais como na elaboração de Tabelas de Recursos e Usos (TRU). Trabalha também com estudos estatísticos referentes a séries temporais, dados em painel e demais técnicas de análise multivariada de dados.
Vínculo com a instituição: professora horista
Link do currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/8181602693238908

Virginia Bracarense Lopes

Titulação: Especialista em Direito Público pelo Instituto de Educação Continuada da PUC-MG (2015), bacharel em Direito pela UFMG (2007) e bacharel em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro do Estado de Minas Gerais (2005). Está cursando o Master em Liderança e Gestão Pública, turma 7, do CLP – Liderança Pública (previsão de conclusão 2022).
Experiência acadêmica e profissional: Servidora pública desde 2006, tendo iniciado sua trajetória na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais na área central de logística, atuando em diretrizes, projetos e sistema relacionados à temática. É efetiva do Ministério da Economia, e atuou no projeto de criação e implantação da Central de Compras, como Coordenadora-Geral de Licitações e diretora da unidade. Atuou no desenvolvimento e implantação de projetos premiados e que se tornaram referência como Compra Direta de Passagens Aéreas, TáxiGov e Almoxarifado Virtual. Atualmente está cedida para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, atuando no projeto de

desenvolvimento e implantação de um centro de compras compartilhadas para o Estado. É professora na Fundação João Pinheiro, na graduação e na especialização. Ganhadora do Prêmio Espírito Público 2019 na categoria Gente, Gestão e Finanças Públicas.

Vínculo com a instituição: professora horista

Link do currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/1995104981651407

12. BIBLIOTECA MARIA HELENA DE ANDRADE

Subordinada à Presidência da Fundação João Pinheiro, a Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade tem como competência prestar serviços bibliográficos, de editoração, preservação do acervo documental, processamento, armazenamento e disseminação de documentos e informações de interesse, tanto dos usuários internos (pesquisadores, funcionários, alunos e professores da casa) quanto dos usuários externos (pesquisadores, servidores e estudantes de outras instituições), bem como da comunidade em geral.

Para promover o acesso à documentação bibliográfica, seja física ou eletrônica, gerada ou adquirida pela FJP, a Biblioteca Prof.ª Maria Helena de Andrade conta com o apoio dos seguintes setores:

- Processamento Técnico: realiza o tratamento dos documentos que envolvem as seguintes atividades: registro, catalogação, classificação e indexação dos documentos, a inserção em um banco de dados possibilitando a recuperação da informação e o acesso aos documentos.
- Referência: tem como atribuição o atendimento aos usuários internos e externos e aos alunos dos cursos oferecidos pela Escola de Governo, verificação da demanda de aquisição em conformidade com parâmetros do Ministério da Educação (MEC), desenvolvimento de coleções, gestão e organização do acervo físico, formação e orientação dos usuários na utilização dos serviços e recursos da biblioteca.
- Coordenação de Editoração (CE): promove serviços de editoração dos textos técnicos que tenham a Fundação João Pinheiro como autor.
- Coordenação de Gestão de Documentos e Arquivos (CGDA): assegura de forma eficiente a produção, administração, manutenção e destinação dos documentos físicos, técnicos e administrativos gerados pela FJP, em conformidade com as diretrizes do Arquivo Público Mineiro.
- Coordenação de Serviços de Informação Digital (CSID): promove soluções de organização, preservação, compartilhamento, acesso e difusão da informação em meio digital da produção científica e de caráter memorialístico da Fundação João Pinheiro. Responsável também pela coordenação de projetos no âmbito da Biblioteca, além de parceria estratégica em ações setoriais da instituição.

12.1. Estrutura física

A Biblioteca Prof.ª Maria Helena de Andrade ocupada uma área de 800 m^2, possuindo 62 assentos e quatro salas para estudo em grupo.

12.2. Horário de atendimento

O horário de atendimento da Biblioteca Prof.ª Maria Helena de Andrade é de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h.

12.3. Usuários

Os usuários têm livre acesso à biblioteca, sendo permitida a consulta às bases de dados e ao acervo. Quanto ao empréstimo domiciliar, é permitido somente aos:

- servidores e demais colaboradores em atividade na Fundação João Pinheiro (mediante cadastro no sistema Sophia);
- professores e consultores (mediante apresentação de declaração do coordenador do curso ou do projeto);
- alunos devidamente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da Fundação João Pinheiro (mediante listagem fornecida pela Seção de Registro Acadêmico da Escola de Governo);
- alunos e funcionários de outras instituições, por meio do Serviço de Empréstimo entre Bibliotecas.

12.4. Serviços

A Biblioteca Prof.ª Maria Helena de Andrade oferece os seguintes serviços:

- atendimento e orientação quanto ao uso da Biblioteca, obras de referência, localização e obtenção de material;
- empréstimo: domiciliar, no recinto e entre bibliotecas;
- emissão de nada consta aos usuários e elaboração de ficha catalográfica para os alunos;
- pesquisa bibliográfica: levantamentos bibliográficos nas bases de dados locais, e via Internet;

- comutação bibliográfica: fornecimento de cópias de artigos científicos por meio do Serviço de Comutação Bibliográfica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – Comut;
- treinamento de usuários: capacitação informal, individual ou em grupos sobre o uso da Biblioteca e das bases de dados locais;
- alerta de periódicos e de novas publicações incorporadas ao acervo;
- consultas ao catálogo on-line: dá acesso ao catálogo por meio da internet e rede local;
- normalização: orientação aos usuários quanto à apresentação dos trabalhos acadêmicos.

Por meio de uma parceria firmada com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), este setor participa do projeto de Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o qual integra, em um só portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no País, assim como disponibilizar em todo o mundo, via internet, o catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral para consulta ou download - formulário de liberação de dissertações, monografias, relatórios de pesquisa e teses.

12.5. Quadro de pessoal

O quadro de pessoal da Biblioteca é composto pelos seguintes quantitativos de profissionais

Tabela 1 - Servidores da biblioteca – 2020

PESSOAL	integral (40 horas)	de 20 a 30 horas	menos de 20 horas	TOTAL
Bibliotecários	8	0	0	8
Revisora	1	0	0	1
Assistentes de bibliotecários	6	1	0	7
Estagiários	0	3	0	3
Total	15	4	0	19

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro.

12.6. Estatísticas

As informações que seguem são referentes às atividades da Biblioteca, sendo geradas pelo software SOPHIA que gerencia todos os trabalhos.

Tabela 2 - Acervo da biblioteca - 2020

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	EXEMPLARES
Livros	37.278	44.863
Títulos de Periódicos	601	-
Fascículos de Periódicos	19.934	-
CD's e DVD's	1.976	2.113
Mapas	1.922	1.809
Total	61.761	48.785

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro.

Tabela 3 - Livros do acervo da biblioteca por área de conhecimento – 2020

ÁREA DO CONHECIMENTO	QUANTIDADE	
	MATERIAIS	EXEMPLARES
Ciências Agrárias	687	810
Ciências Biológicas	36	43
Ciências Saúde	377	731
Ciências Exatas e da Terra	1.499	2.155
Ciências Humanas	5.321	10.628
Ciências Sociais Aplicadas	21.795	41.203
Engenharia/Tecnologia	2.116	2.632
Línguas	1.565	2.005
Sem classificação	4357	5.160
Total	37.753	65.367

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

13. INFRAESTRUTURA DA ESCOLA DE GOVERNO

A Fundação João Pinheiro (FJP) está situada na Alameda das Acácias nº 70, no Bairro São Luiz – Pampulha, Belo Horizonte - MG.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, compõe a estrutura formal da FJP motivo pelo qual executa suas atividades no espaço físico da Fundação João Pinheiro. A estrutura física da Escola de Governo encontra-se resumida a seguir:

- 9 salas de aula;
- 1 mini-auditório para 30 lugares;
- 1 auditório para 60 lugares;
- 1 auditório para 168 lugares;
- 2 laboratórios de informática (aulas e estudo);
- Sala de reunião;
- salas de trabalho para professores;
- salas de trabalho para pesquisadores;
- salas de trabalho para apoio administrativo;
- restaurante;
- posto de atendimento do Banco Sicoob;
- caixa eletrônico do Banco do Brasil;
- biblioteca ligada a sistemas que permitem a sua integração com todas as universidades do Brasil;
- sala do Diretório Acadêmico;
- sala da João Pinheiro Jr.

A Escola de Governo, por ser uma Diretoria da Fundação João Pinheiro, utiliza-se de sua infraestrutura, na qual se destacam 2 (dois) auditórios, especificados a seguir, 1 (uma) biblioteca que oferece acervo diversificado de livros periódicos e outras publicações relevantes da administração pública, 1 (um) ponto de serviço de reprografia e 1 (um) restaurante/lanchonete com capacidade para, aproximadamente, 150 (cento e cinquenta) pessoas.

Quadro 1 – Capacidade e especificação dos recursos dos auditórios da Fundação João Pinheiro

AUDITÓRIO	CAPACIDADE	RECURSOS
Jussara Seixas	60 pessoas	notebook, projetor multimídia, ar condicionado.
Auditório Principal	168 pessoas	cabine de controle de automação, computador, projetor multimídia, sistemas de áudio e iluminação, microfones de mesa e sem fio, ar condicionado, elevador para deficientes.

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Em sua infraestrutura, a Escola de Governo possui 12 instalações sanitárias e 9 salas de aula com capacidade para atender até 331 alunos, equipadas com telas de projeção, quadros brancos e com recursos instrucionais, conforme especificado abaixo:

Tabela 4 – Quantidade e capacidade das instalações sanitárias na unidade da Pampulha

INSTALAÇÕES	QUANTIDADE	CAPACIDADE
Banheiro Feminino	4	6
Banheiro Masculino	4	9
Banheiro Feminino para deficientes	2	2
Banheiro Masculino para deficientes	2	2
Total	12	19

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Quadro 2 – Capacidades e especificação dos recursos disponíveis nas salas de aula na unidade da Pampulha

SALA	CAPACIDADE	PROJETOR	COMPUTADOR
109-B	35 alunos	Vivitek DW86	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Linux
110-B	40 alunos	Vivitek DW86	Lenovo AMD Anthlon 3 de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 64 Bits
118-B	40 alunos	Benq PB8120	Lenovo AMD Anthlon 3 de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 64 Bits
120-B	45 alunos	Vivitek DW86	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 32 Bits
126-B	40 alunos	Benq X522P	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 32 Bits
205-C	45 alunos	Vivitek D851	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 32 Bits
213-C	30 alunos	Acer X1211K	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Linux
214-C	32 alunos	Acer X1211K	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Linux
219-C	24 alunos	Vivitek DW86	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 64 Bits

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

A Escola de Governo além dos recursos instalados nas salas de aulas conta ainda com 3 (três) flip charts que são disponibilizados em salas de aula quando necessário.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho conta ainda com a unidade da Avenida Brasil, cuja estrutura física encontra-se resumida abaixo:

- 5 salas de aula com capacidade para 35 alunos;
- 6 salas de aula com capacidade para 40 alunos;
- 1 mini-auditório com capacidade para 50 pessoas;
- um auditório de 200 lugares, com cabine de controle de automação, computador, projetor multimídia, sistemas de áudio e iluminação, microfones de mesa e sem fio, ar condicionado, elevador para deficientes;
- salas de trabalho para professores;
- salas de trabalho para pesquisadores;
- salas de trabalho para apoio administrativo.

Destaca-se ainda, com relação a infraestrutura física da Escola de Governo, salas de trabalho dotadas de recursos computacionais e que são ocupadas por servidores que atuam como docentes, pesquisadores, técnicos, administrativos e estagiários.

Quanto à infraestrutura computacional, a Escola de Governo possui estrutura que atende o corpo docente, pesquisadores e equipe administrativa. Todos as máquinas têm acesso a rede no servidor Linux e Active Diretctory disponibilizada pela Fundação João Pinheiro com link de 10MB. Todos os computadores da Escola de Governo destinados ao atendimento dos corpos discente e docente, pesquisadores e equipe administrativa possuem licenças do Windows 7 ou posterior, com versões do Pacote Office a partir do Office 2010, antivírus e Acrobat. A Escola de Governo conta ainda com 20 licenças do SPSS e 10 licenças do software de videoconferência Zoom.

A estrutura de equipamentos dos laboratórios de informática da Escola de Governo se resume:

Quadro 3 – Descrição da estrutura dos laboratórios de informática

LABORATÓRIOS	ÁREA FÍSICA	EQUIPAMENTOS		ORGANIZAÇÃO DAS AULAS
		QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	
Laboratório de Informática Aulas (sala 01-A)	109 m^2	29 computadores	AMD – QuadCore – 2.7Ghz, 4Gb, HD-500Gb Intel – Dualcore – 2.9Ghz, 4Gb. HD-500Gb	Agendadas previamente pelas coordenações de cursos.
		1 projetor	Vivitek D851	
Laboratório de Informática Estudo (sala 107-B)	44 m^2	16 computadores	Intel - DualCore - 1.6gGhz	Utilizados com fins acadêmicos pelos alunos.

Fonte: Assessoria de Tecnologia, Informação e Comunicação

14. INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores de gestão fixados para avaliação do programa de graduação pelo MEC, tais como relação candidato/vaga, número de alunos formados/ano, índice médio de evasão admitido, composição e regime de trabalho do corpo docente e outros, possibilitam a compreensão da realidade da instituição, o que por sua vez pode determinar ações para melhoria em suas unidades e inovações nos processos administrativos e educacionais, assegurando a manutenção dos padrões de qualidade estabelecidos.

Tabela 5 - Quantitativo de alunos ingressantes e formados por Turma do Csap

ANO DE INGRESSO	TURMA CSAP	ALUNOS INGRESSANTES	ALUNOS FORMADOS	EVASÃO	ANO DE FORMATURA (PREVISÃO)
1987	I	40	16	60,0	1992
Fev/1994	II	40	30	25,0	1997
Out/ 1994	III	40	30	25,0	1998
1995	IV	40	31	22,5	1998
1996	V	40	37	7,5%	1999
1997	VI	40	34	15,0	2000
1998	VII	40	32	20,0	2001
1999	VIII	40	33	17,5	2002
2000	IX	40	35	12,5	2003
2001	X	40	34	15,0	2004
2002	XI	40	37	7,5	2005
2003	XII	40	34	15,0	2006
1º Sem. 2004	XIII	40	33	17,5	2º/2007
2º Sem. 2004	XIV	40	37	7,5	1º/2008
1º Sem 2005	XV	40	36	10,0	2º/2008
2º Sem. 2005	XVI	40	34	15,0	1º/2009
1º Sem. 2006	XVII	40	34	15,0	2º/2009
2º Sem. 2006	XVIII	40	26	35,0	1º/2010
1º Sem 2007	XIX	40	34	15,0	2º/2010
2º Sem 2007	XX	40	37	7,5	1º/2011

ANO DE INGRESSO	TURMA CSAP	ALUNOS INGRESSANTES	ALUNOS FORMADOS	EVASÃO	ANO DE FORMATURA (PREVISÃO)
1º Sem 2008	XXI	40	34	15,0	2º/2011
2º Sem 2008	XXII	40	31	22,5	1º/2012
1º Sem 2009	XXIII	40	26	35,0	2º/2012
2º Sem 2009	XXIV	40	30	25,0	1º/2013
1º Sem 2010	XXV	40	35	12,5	2º/2013
2º Sem 2010	XXVI	40	33	17,5	1º/2014
1º Sem 2011	XXVII	40	36	10,0	2º/2014
2º Sem 2011	XXVIII	40	37	7,5	1º/2015
1º Sem 2012	XXIX	40	32	20,0	2º/2015
2º Sem 2012	XXX	40	32	20,0	1º/2016
1º Sem 2013	XXXI	40	37	7,5	2º/2016
2º Sem 2013	XXXII	40	37	7,5	1º/2017
1º Sem 2014	XXXIII	40	38	5,0	2º/2017
2º Sem 2014	XXXIV	40	38	5,0	1º/2018
1º Sem 2015	XXXV	40	39	2,5	2º/2018
2º Sem 2015	XXXVI	40	35	12,5	1º/2019
1º Sem 2016	XXXVII	40	38	5,0	2º/2019
2º Sem 2016	XXXVIII	40	37	7,5	1º/2020
1º Sem 2017	XXXIX	40	35	12,5	2º/2020
1º Sem 2018	XL	40	-	-	2º/2021
1º Sem 2019	XLI	40	-	-	2º/2022
1º Sem 2020	XLII	40	-	-	2º/2023
1º Sem 2021	XLIII	40	-	-	2º/2024
1º Sem 2022	XLIV	41	-	-	2º/2025

Nota: A taxa de evasão foi calculada apenas para turmas já concluídas.

Tabela 6 – Evolução da relação de candidatos/vaga no concurso público EPPGG (ingresso Csap)

ANO DE INGRESSO	QUANTIDADE DE CANDIDATOS INSCRITOS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
1994/1º	1.794	44,9
1994/2º	527	13,2

1995	901	22,5
1996	747	18,7
1997	698	17,5
1998	844	21,1
1999	1.004	25,1
2000	648	16,2
2001	952	23,8
2002	1.485	37,1
2003	1.290	32,3
2004/1º	1.433	35,8
2004/2º	803	20,1
2005	1.091	13,6
2006	1.257	15,7
2007	1.376	17,2
2008	1.048	13,1
2009	1.560	19,5
2010	1.152	19,2
2011	1.296	16,2
2012	1.040	13,0
2013	1.338	16,7
2014	1.304	16,3
2015	931	11,6
2016	2.329	29,1
2017	6.464	161,6
2018	2.703	67,6
2019	4.026	100,7
2020	3.329	83,2
2021	2.970	74,3
2022	1.589	39,7

Tabela 7 – Composição do corpo docente do Csap em 2021

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	PROPORÇÃO
Doutor	29	47,6%
Mestre	24	39,3%
Especialista	8	13,1%

Tabela 8 – Regime de trabalho do corpo docente do Csap em 2021

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	PROPORÇÃO
Dedicação Exclusiva/Efetivo	45	73,8%
Horista/Contrato Administrativo	16	26,2%

Tabela 9 – Avaliação do Csap pelo guia do estudante*

ANO DE AVALIAÇÃO	CONCEITO
2007	4 ESTRELAS
2008	5 ESTRELAS
2009	5 ESTRELAS
2010	4 ESTRELAS
2011	4 ESTRELAS
2012	4 ESTRELAS
2013	4 ESTRELAS
2014	5 ESTRELAS
2015	5 ESTRELAS
2016	5 ESTRELAS
2017	5 ESTRELAS
2018	5 ESTRELAS

2019*	4 ESTRELAS
2020	5 ESTRELAS
2021	4 ESTRELAS

* A partir de 2019 a Avaliação do Guia do Estudante passou para avaliação "Guia de Faculdades" do Estadão

Tabela 10 – Resultado do Csap no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)

ANO DO ENADE	NOTA	CONCEITO
2006	1º lugar (Cursos de Administração)	5
2009	12º lugar (Cursos de Administração)	5
2012	3º lugar (Cursos de Administração) 7º lugar (Cursos de Ciências Sociais Aplicadas)	5
2015	1º lugar (Cursos de Administração Pública)	5
2018	O Csap está entre os 24 Cursos que obtiveram Enade contínuo 5 em um total de 8.520 cursos avaliados.	5

Tabela 11 – Resultados do Csap no Índice Geral de Curso (IGC)

ANO DE AVALIAÇÃO DO IGC	NOTA
2008	5
2009	5
2010	5
2011	5
2012	4
2013	5
2014	4
2015	4
2016	5
2017	4
2018	4
2019	4

Para a consolidação de toda IES no cenário e no contexto da educação superior, o que inclui a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, e para que a educação cresça com

equilíbrio, tenha continuidade e perenidade e possa desempenhar o papel importante que lhe está sendo atribuído no desenvolvimento cultural, social, econômico e científico do país, é importante que haja uma regulação e uma avaliação do sistema como um todo. Esta regulação acaba por exigir de cada IES o alcance e a manutenção de níveis de qualidade, precisando estar preparada, ter uma visão de gestão atualizada, articular qualidade e sustentabilidade e estar estrategicamente bem definida, com objetivos e metas bem posicionadas, conectadas com o mundo global e em contato com experiências e boas práticas.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, sendo referência nacional em seu campo de atuação, oferta uma formação de excelência para atender a grande e diversa demanda por profissionalização e qualificação em gestão pública. O Csap integrado a carreira de EPPGG é reconhecido pelo seu modelo inovador de concurso público no Brasil com formação de profissionais de alto nível e consolidação de uma rede de lideranças em gestão pública e inovação.